

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

***Book-Tax Differences* e os seus Determinantes:
Estudo de Empresas Privadas Portuguesas**

João Pedro Bernardo Vieira

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Prof. Doutor Paulo Jorge Varela Lopes Dias, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School, Departamento de Contabilidade

Outubro, 2020



**BUSINESS
SCHOOL**

Departamento de Contabilidade

***Book-Tax Differences* e os seus Determinantes:
Estudo de Empresas Privadas Portuguesas**

João Pedro Bernardo Vieira

Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Prof. Doutor Paulo Jorge Varela Lopes Dias, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School, Departamento de Contabilidade

Outubro, 2020

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente dissertação de mestrado foi somente possível devido à contribuição, direta ou indireta, de determinadas pessoas, às quais não poderia deixar de tecer este agradecimento.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, por todos os princípios que me ensinaram e por me terem facultado a oportunidade de concretizar os meus objetivos. Tornaram exequível, todo o meu percurso académico, e por me terem ajudado a alcançar todos os objetivos que determinei.

Em segundo lugar, um especial agradecimento à minha namorada, Catarina Morcela, pelo apoio incondicional, quer a nível académico, quer a nível pessoal. Por ter sempre acreditado em mim e nas minhas capacidades, e por toda força que sempre me transmitiu, para a conclusão desta dissertação. Por estar sempre presente, nos bons e nos maus momentos, pois o seu apoio e presença foram elementos indispensáveis.

Um particular agradecimento a todos os meus familiares, pelo apoio demonstrado e pela confiança apresentada, em como eu iria conseguir concluir esta etapa. O incentivo e apoio deles, foi algo determinante na conclusão da presente dissertação.

Quero também agradecer aos meus amigos, que estiveram sempre presentes na elaboração desta dissertação, com a sua partilha de conhecimento e de conselhos, bem como, com todo o apoio e incentivo demonstrado, para a conclusão da minha dissertação.

Por fim, tecer um agradecimento ao Professor Doutor Paulo Dias por ter aceitado orientar esta dissertação, e por toda a sua partilha de conhecimento que permitiram elaborar esta dissertação. Agradecer também toda a disponibilidade e paciência, demonstrada pelo professor, que permitiram ultrapassar diversas dificuldades encontradas no estudo.

RESUMO

As Book-Tax Differences (BTD) traduzem-se nas diferenças existentes entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal das empresas. Tais diferenças, acontecem devido às discrepâncias dos normativos e regras, de ambas as temáticas, acabando por haver um tratamento diferenciado dos itens, consoante o regime contabilístico ou fiscal.

O objetivo principal do presente estudo, pretende identificar e explicitar os principais determinantes que influenciam as BTD. Quanto ao objetivo específico, pretende-se compreender a relação existente entre estes, nas empresas privadas portuguesas, não cotadas, entre 2014 e 2018.

Segundo a Literatura definiu-se sete Hipóteses de Investigação, que correspondem aos sete determinantes a analisar. A amostra, composta por empresas privadas portuguesas, não cotadas, entre o período de 2014 e 2018, foi recolhida da base de dados Bureau Van Dijk's Amadeus. Obteve-se uma amostra final de 50 227 empresas.

Após realizados os Testes de Regressão Linear Múltipla, foi possível concluir que as BTD apresentam uma relação positiva com as variáveis Nível de Endividamento e AuditadaBIG4. Contrariamente às variáveis Rendimento, Crescimento das Vendas, Crescimento de Investimento em Ativos, Tamanho da Empresa, Auditada e Taxa Efetiva de Imposto que apresentam uma relação negativa com a variável BTD. Assim como, a variável Liquidez não apresenta relação com a variável BTD. Aferiu-se ainda uma análise com valores absolutos, e outra consoante o nível de rentabilidade, onde foi evidenciado a diferença tanto ao nível de intensidade e de sinais apresentado pelos dois modelos, nos coeficientes das variáveis em questão.

Palavras-Chave: Diferenças entre o Resultado Contabilístico e o Fiscal; Empresas Privadas Portuguesas.

JEL: H20, H25, M41.

ABSTRACT

The Book-Tax Differences (BTD) are the existing differences between the accounting results and the tax result of the companies. Such differences happen due to the discrepancies in the regulations and rules, of both themes, resulting in a different treatment of the items, depending on the accounting or tax regime.

Through the main goal of the present study, it is intended to identify and explain the main determinants that influence the BTD. Regarding the specific goal, it is intended to understand, the relationship between them, on the Portuguese private companies, unlisted, between 2014 and 2018.

Based on the Literature Review, it was defined seven Research Questions, which represent the determinants to analyze. The Sample, composed by Private Portuguese Companies, unlisted, between 2014 and 2018, was collected from the Data Base, Bureau Van Dijk's Amadeus. It was obtaining a final sample of 50 227 companies.

After conducted the Multiple Linear Regression Tests, it was possible to conclude that the BTD have a positive relation with the variables *Nível de Endividamento e Auditada* and *BIG4*. Contrary to the variables *Rendimento*, *Crescimento das Vendas*, *Crescimento de Investimento em Ativos*, *Tamanho da Empresa*, *Auditada e Taxa Efetiva de Imposto*, that have a negative relation with the variable BTD. As well as *Liquidez*, that do not have any relation with the variable BTD. It was still measured an analysis with absolute values, and another depending on the level of income, where the difference was evident both in terms of intensity and signals, presented by the two models, in the coefficients of the variables.

Key Words: Book-Tax Differences; Portuguese Private Companies.

JEL: H20, H25, M41.

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| AGRADECIMENTOS | i |
| RESUMO | iii |
| ABSTRACT | v |
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1. Objetivos do estudo | 1 |
| 1.2. Justificação do tema | 1 |
| 1.3. Metodologia | 2 |
| 1.4. Estrutura da dissertação | 2 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA | 5 |
| 2.1. Enquadramento teórico dos principais conceitos | 5 |
| 2.2. <i>Book-Tax Differences</i> | 6 |
| 2.2.1. Definição de <i>Book-Tax Differences</i> | 7 |
| 2.2.2. Diferentes tipos de <i>Book-Tax Differences</i> | 9 |
| 2.2.3. Métricas para as <i>Book-Tax Differences</i> | 11 |
| 2.2.4. Determinantes das <i>Book-Tax Differences</i> | 16 |
| 2.3. Hipóteses de investigação | 26 |
| 3. METODOLOGIA | 29 |
| 3.1. Paradigma da investigação | 29 |
| 3.2. Processo de seleção da amostra | 30 |
| 3.3. Caracterização da amostra | 33 |
| 3.4. Variáveis e métricas utilizadas | 35 |
| 3.4.1. Variável dependente | 35 |
| 3.4.2. Variáveis independentes | 39 |
| 3.4.3. Variáveis de controlo | 42 |
| 3.4.4. Modelo empírico | 43 |
| 4. ANÁLISE DE RESULTADOS | 45 |
| 4.1. Análise descritiva | 45 |
| 4.2. Análise da regressão linear | 47 |
| 4.3. Testes de robustez | 51 |
| 4.3.1. Análise da regressão linear | 51 |
| 5. CONCLUSÃO | 57 |
| 5.1. Principais conclusões | 57 |
| 5.2. Limitações do estudo | 58 |
| 5.3. Sugestões de investigação futuras | 58 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 61 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| <i>Tabela 2.1. - Fórmulas de Cálculo da BTD Total.....</i> | <i>14</i> |
| <i>Tabela 2.2. - Fórmulas de Cálculo de BTD Permanentes e Temporárias.....</i> | <i>15</i> |
| <i>Tabela 2.3. - Resumo entre os Determinantes, como influenciam a BTD e os autores que defendem.....</i> | <i>24</i> |
| <i>Tabela 3.1. - Processo de Seleção da Amostra.....</i> | <i>33</i> |
| <i>Tabela 3.2. - Caracterização da amostra segundo a Secção CAE.....</i> | <i>34</i> |
| <i>Tabela 3.3. - Taxa Nominal de IRC.....</i> | <i>37</i> |
| <i>Tabela 3.4. - Formas de cálculo do Lucro Tributável, variando consoante a designação e o valor da matéria coletável.....</i> | <i>38</i> |
| <i>Tabela 4.1. - Estatística Descritiva da variável dependente BTD de 2014 a 2018.....</i> | <i>45</i> |
| <i>Tabela 4.2. - Estatística Descritiva das Variáveis Independentes.....</i> | <i>46</i> |
| <i>Tabela 4.3. - Matriz de Correlação de Pearson.....</i> | <i>48</i> |
| <i>Tabela 4.4. - Teste ANOVA.....</i> | <i>48</i> |
| <i>Tabela 4.5. - Resumo do Modelo de Regressão Linear Múltiplo.....</i> | <i>48</i> |
| <i>Tabela 4.6. - Valor dos Coeficientes e Teste T das variáveis independentes.....</i> | <i>49</i> |
| <i>Tabela 4.7. - Tabela dos coeficientes e dos T-Test das variáveis independentes.....</i> | <i>51</i> |
| <i>Tabela 4.8. - T-Test das variáveis independentes, no conjunto de empresas rentáveis ou não rentáveis.....</i> | <i>53</i> |
| <i>Tabela 4.9. - Tabela dos Coeficientes das variáveis independentes, no grupo das empresas rentáveis ou não rentáveis.....</i> | <i>54</i> |
| <i>Tabela 5.1.- Quadro síntese da Validação das Hipóteses.....</i> | <i>58</i> |

Book-Tax Differences e os seus Determinantes

Listagem de Abreviaturas e Siglas Utilizadas

BTD – Book-Tax Differences

CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económica

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

DF – Demonstrações Financeiras

ID – Impostos Diferidos

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

LT – Lucro Tributável

MEP – Método de Equivalência Patrimonial

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PID – Passivos por Impostos Diferidos

PME – Pequena e Média Empresa

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

TEI – Taxa Efetiva de Imposto

IFRS - Normas Contabilísticas Internacionais

RENT - Rentabilidade

Δ Vendas - Crescimento de Vendas

Δ AFT - Crescimento do Investimento em Ativos

END - Nível de Endividamento

DIM - Tamanho da Empresa

AUD - Auditadas

AUDBIG4 - Auditada por uma BIG4

LIQ – Liquidez

RAI – Resultado antes de Imposto

EBIT – Resultado antes de Impostos e Juros

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivos do estudo

As *Book-Tax Differences* (BTD), indicam as diferenças existentes entre o resultado contabilístico e fiscal. Estas diferenças, são essencialmente explicadas pelos diferentes normativos fiscais e contabilísticos, porque o apuramento do resultado fiscal é apurado segundo o código fiscal em vigor, enquanto o resultado da contabilidade, é obtido segundo o normativo contabilístico em vigor.

Desta forma, as empresas usam vários métodos para a obtenção do valor dos impostos sobre o rendimento, sobretudo devido a despesas não aceites fiscalmente, utilização de rendimentos conjeturados e aplicação de tributações autónomas (Dias, 2015; Long, Ye, & Lv, 2013).

Quanto ao principal objetivo do estudo, o pretendido é identificar e explicitar, quais os principais determinantes das diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal, das empresas privadas portuguesas, não cotadas, entre 2014 e 2018. Por outro lado, e aprofundando o estudo, pretende-se averiguar qual o impacto, e o tipo de relação destes determinantes com as BTD, sendo este o objetivo específico do estudo evidenciado.

1.2. Justificação do tema

Neste tipo de estudos, diversos autores defendem que é necessário compreender as verdadeiras razões dos resultados e as explicações que dão origem a estes, e só posteriormente analisar concretamente os resultados. No caso concreto das BTD, é importante explicitar as ocasiões em que ocorrem estas diferenças, e as situações que as originam, e após estudo destes factos, analisar concretamente o impacto das BTD (Pereira, 2013).

Alguns autores defendem que são necessários mais estudos, em que o principal objetivo seja nomear quais os principais determinantes das diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal, pois os estudos existentes na literatura são bastante escassos (R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Long et al., 2013; Manzon, Jr. & Plesko, 2002). No entanto, esta escassez de estudos pode ser justificada pelos elevados níveis de imprecisão, dos reais motivos das BTD (Comprix, Graham, & Moore, 2010; Moore, 2012).

O presente tema tem, na sua maior importância, a aplicação académica, visto haver uma necessidade de replicar o estudo noutros contextos ou amostras, mais especificamente noutro período temporal, e com outras características e variáveis de estudo, que outros autores já realizaram no passado.

Logo, é fundamental compreender quais são os principais fatores que influenciam as BTB, e qual o tipo de relação existente. Consequente, ser possível estudar e analisar melhor, o mercado contabilístico e fiscal, e os seus fatores externos.

1.3. Metodologia

Quanto à metodologia do presente estudo, é inspirado na teoria positivista, pois o foco da investigação é provisionar e explicitar determinada matéria, para obter todas as informações e consequências da mesma, com o intuito de melhorar a qualidade da tomada de decisão.

A metodologia utilizada irá basear-se numa metodologia quantitativa, pois o estudo irá incidir no tratamento de dados para melhor perceber o comportamento das empresas fiscal e contabilisticamente, relativamente a certos determinantes. Portanto, o estudo requer a utilização de instrumentos estatísticos, iniciando-se pela formulação das hipóteses de investigação, analisar as estatísticas descritivas de todas as variáveis e o tipo de correlações existentes entre elas, concluindo com a elaboração do modelo de regressão linear, com o objetivo de perceber se as variáveis determinadas têm um impacto significativo na variável dependente.

A recolha de dados subjacente para a realização destes estudos estatísticos, será realizada a partir das informações disponíveis da base de dados Bureau Van Dijk's Amadeus, entre o período de 2014 e 2018. Todavia, foi necessário recolher informações relativas ao ano de 2013, para as variáveis finais de evolução. Com estes dados informativos será possível testar o modelo empírico proposto.

1.4. Estrutura da dissertação

A estrutura da dissertação apresentada, foi subdividida em capítulos, correspondendo a cada um deles, cada uma das fases do estudo.

A revisão de literatura é apresentada no segundo capítulo, onde são evidenciadas diferentes temáticas relacionadas com as BTB, onde é possível observar referências e as principais conclusões, de estudos realizados anteriormente, por outros autores. Para finalizar este capítulo, são formuladas as hipóteses de investigação, segundo a revisão de literatura, exposta anteriormente. Assim, é possível fazer a ligação para os capítulos seguintes, onde serão testadas estas mesmas hipóteses de investigação.

A metodologia está inserida no terceiro capítulo, este apresenta o conteúdo referente ao tratamento de dados e da informação adquirida. Mais especificamente, este capítulo traduz o processo de seleção da amostra, a elaboração das fórmulas de calcular as variáveis finais, presentes no estudo, e o modelo empírico do mesmo.

O quarto e penúltimo capítulo apresenta os resultados obtidos com o presente estudo. Onde é possível validar as hipóteses de investigação formuladas anteriormente, bem como, apresentar algumas estatísticas descritivas, relevantes, para a interpretação do estudo.

Em suma, o capítulo cinco finaliza o estudo evidenciado, apresentado e explicitando, as conclusões do mesmo. São ainda evidenciadas as limitações encontradas na elaboração do estudo, bem como as sugestões para investigações futuras.

Book-Tax Differences e os seus Determinantes

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Enquadramento teórico dos principais conceitos

A contabilidade e a fiscalidade são dois sistemas distintos, que avaliam o património de uma entidade, com diferentes metodologias e objetivos. (Pereira, 2013)

Por um lado, a Contabilidade tem como objetivo, através das suas Demonstrações Financeiras, proporcionar informações útil às partes interessadas para auxiliar e ajudar nas tomadas de decisão (Pereira, 2013). Esta informação deve ser assente em quatro pilares essenciais para assegurar a sua utilidade, sendo eles a relevância, a fiabilidade, a compreensibilidade e a comparabilidade. Esta transparência de informação oferece uma maior segurança e confiança aos investidores de mercado, e permite uma disponibilização mais eficiente dos recursos (Goncharov, 2009; Long et al., 2013). Com esta informação de qualidade, os investidores e gestores podem adequar as suas estratégias para maximizarem os seus rendimentos e, assim, reportarem a situação económica e financeira de uma empresa, visto que é o seu principal objetivo (Pereira, 2013).

Por outro lado, a finalidade da Fiscalidade é simplesmente satisfazer as necessidades financeiras do Estado. Por conseguinte, devido à distinção de finalidades entre estes dois sistemas, e à metodologia diferente de apuramento de resultados, dá-se origem a Impostos Diferidos, que tanto podem ser Ativos ou Passivos Fiscais Diferidos (Evers, Finke, Matenaer, Meier, & Zinn, 2014; Pereira, 2013).

Esta diferença não é linear em todos os países, pois não existe nenhuma conduta previamente definida que obrigue a que haja regras universais neste sentido. Logo, existem dois sistemas que abordam estas diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade: o *One System Book* e o *Two System Book*. O primeiro sistema, “*One System Book*” caracteriza-se por não ter uma grande diferença entre os resultados contabilísticos e fiscais, visto que a relação entre ambas é bastante forte devido à utilização de um único livro de registos, que serve para a contabilidade e a fiscalidade em simultâneo. No entanto, no segundo sistema, “*Two System Book*”, a relação entre estas duas variáveis é bastante fraca ou praticamente inexistente, no qual resultam as diferenças entre elas. Estas diferenças surgem, como o próprio nome do sistema indica, pela utilização de dois livros de registos, um para os contabilísticos e outro para os fiscais. Portanto, os países que

adotam o *Two System Book* são os que apresentam maiores disparidades entre os resultados contabilísticos e fiscais (Pereira, 2013).

Existem ainda, outras duas formas de diferenciar as regras entre a contabilidade e a fiscalidade, através da distinção entre os países *Code Law* e *Common Law* (Fonseca & Costa, 2017; Kvaal & Nobes, 2013). Nos primeiros, “*Code Law*”, as leis estão presentes em praticamente todas as atividades, existindo uma forte relação entre a contabilidade e a fiscalidade, pois estas têm praticamente as mesmas regras de registo impostas por lei, e não existe grande diferença entre os resultados de ambas. Enquanto os países de “*Common Law*”, as leis governamentais não são muito rígidas em relação à contabilidade, permitindo assim que haja algumas divergências entre os resultados fiscais e contabilísticos (Fonseca & Costa, 2017; Kvaal & Nobes, 2013). Em Portugal verifica-se que, a relação entre a Contabilidade e a Fiscalidade é considerável, na medida em que ambas a partes se respeitam mutuamente (Watrín, Ebert, & Thomsen, 2014).

A maioria dos estudos realizados, relativamente à conformidade entre a contabilidade e a fiscalidade, apresentam resultados bastantes dispares. Os autores que defendem positivamente a conformidade, indicam que esta relação traria um reporte de informação com maior qualidade (Abdul Wahab & Holland, 2015), devido à diminuição quer na gestão de resultados, como na elisão fiscal nas empresas (Atwood, Drake, & Myers, 2010; Blaylock, Gaertner, & Shevlin, 2015; Blaylock, Shevlin, & Wilson, 2012; Chan, Lin, & Tang, 2013; Chan, Lin Kenny Z., & Mo, 2010; M. A. Desai, 2005; R. R. Koubaa & Jarboui, 2017). Por outro lado, os autores que defendem um nível baixo de conformidade apresentam que, a informação reportada pela contabilidade e pela fiscalidade é bastante diferente, logo o reporte existente iria ter menor qualidade, devido à perda de conteúdos importantes de informação nas demonstrações financeiras, devido ao aumento da conformidade (Abdul Wahab & Holland, 2015; Blaylock et al., 2015, 2012; Chen & Gavius, 2017).

2.2. *Book-Tax Differences*

As empresas estão obrigadas legalmente, a reportar os resultados obtidos anualmente, sendo estes representados como rendimentos ou perdas. Porém, esse reporte acontece de duas formas distintas, de acordo com as suas regras e finalidades (Comprix et al., 2010).

O primeiro resultado é o contabilístico, o qual é calculado em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), ou das Normas Contabilísticas

Internacionais (IFRS). Estes códigos têm a função de orientar aqueles que realizam as demonstrações financeiras, de modo a corresponder às expectativas de relato dos *stakeholders*, sobre as informações proporcionadas, de determinada empresa e a sua situação naquele período de relato.

O segundo resultado apresentado é o fiscal, que é elaborado segundo as normas fiscais vigentes em cada país, neste caso em Portugal é através da aplicação do Código de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Este auxilia quem tem a função de calcular o imposto resultante dos rendimentos das empresas. Deste modo, a atribuição do imposto deve-se às políticas impostas pelo Estado, com o intuito de satisfazer as necessidades económicas do mesmo (Abdul Wahab & Holland, 2015; Comprix et al., 2010; Dhaliwal, Huber, Lee, & Pincus, 2011a; Gong, Wang, Gao, & Sun, 2016; Hanlon, 2005; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Lee, Vetter, & Williams, 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Moore, 2012).

Assim, as regras fiscais são denominadas de mais rígidas e inflexíveis, fazendo com que o apuramento do imposto seja pouco subjetivo, dando pouca margem de gestão a quem está a apurá-lo, pela exclusão de determinados itens ou de limites de dedução dos mesmos (Fonseca & Costa, 2017; Hanlon, 2005; Lee et al., 2015; Mills & Newberry, 2001). Todavia, as regras contabilísticas são mais flexíveis e menos objetivas, levando os gestores a conseguirem manusear as suas decisões, consoante os objetivos que pretendem relatar nas demonstrações financeiras, maioritariamente através das depreciações e de inventários.

Em suma, ambos os resultados apresentam diferentes regras e finalidades, apesar de ambos serem elaborados segundo o Regime do Acréscimo. Deste modo, pode-se afirmar que na maioria das vezes, o resultado contabilístico difere do resultado fiscal, levando a que as diferenças apresentadas sejam denominadas de *Book-Tax Differences*.

2.2.1. Definição de *Book-Tax Differences*

A definição das BTD difere segundo alguns autores, baseando-se entre duas definições. Por um lado, pode ser considerada como a diferença entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico (Abdul Wahab & Holland, 2015; Abdul Wahab, Ntim, Mohd Adnan, & Tye, 2018; Chi, Pincus, & Teoh, 2014; Marques, De Souza Costa, & Silva, 2016; Moore, 2012; Moore & Xu, 2018). Por outro lado, poderá ser caracterizada como resultado da

diferença, entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável (Hanlon, 2005; Kager & Niemann, 2013; Poterba, Rao, & Seidman, 2011; Tang & Firth, 2011b).

Porém, é consensual entre os diversos autores que, as BTD surgem devido à maior ou menor, flexibilidade por parte dos gestores em relação aos resultados, podendo estes optar por fazer gestão dos resultados segundo os objetivos pretendidos pelas empresas. (Moore, 2012) Tal facto, só é possível através das diferenças entre as normas da contabilidade e da fiscalidade, sendo que as diferenças existem devido a diversos motivos (Donohoe & McGill, 2011; Gaertner, Laplante, & Lynch, 2016).

As práticas de gestão financeira ou fiscais agressivas, são diferenças bastante significativas, que não surgem unicamente das diferenças do normativo fiscal e contabilístico. Estas caracterizam-se por atitudes mais agressivas, por parte dos gestores com o intuito de atingir objetivos empresariais, nomeadamente tentar minimizar o pagamento de imposto e demonstrar uma elevada *performance* financeira da empresa (Heltzer & Shelton, 2011).

Normalmente, estas diferenças surgem devido às diferenças entre normativos, mais concretamente, nas diferenças de contabilização de diversos itens. De entre todos os itens, destacam-se, as depreciações (Comprix et al., 2010; Dias, 2015; Gaertner et al., 2016; Long et al., 2013; Pereira, 2013), as perdas por imparidade (Dias, 2015; Long et al., 2013), as provisões (Dias, 2015; Evers et al., 2014; Zinn, Spengel, & Nicolay, 2016) e as despesas não dedutíveis (Dias, 2015; Moore, 2012).

A não dedutibilidade total de prejuízos fiscais e a hipótese de utilização de benefícios fiscais, através do reporte dos gastos para períodos futuros, são também uma das causas para as diferenças existentes (Dias, 2015).

Por último, os gestores procedem a gestão de resultados para atingirem objetivos a que são propostos, resultando num aumento das BTD (Blaylock et al., 2012; Comprix et al., 2010; Heltzer & Shelton, 2011; Huang & Chang, 2016).

As diferenças existentes podem variar quanto ao seu sinal, na medida em que estas, podendo ter o mesmo valor, poderão diferir face ao resultado que for superior. Deste modo, se o resultado fiscal for superior ao resultado contabilístico, originam-se, Ativos por Impostos Diferidos, que acontecem geralmente quando gastos são aceites na contabilidade, mas não são aceites na fiscalidade. Como por exemplo, as perdas por imparidade, as depreciações e as provisões (Dias, 2015). Contrariamente, os Passivos por Impostos Diferidos acontecem quando o resultado contabilístico é superior ao fiscal, pois nos registos contabilísticos são inseridos rendimentos, como por exemplo a aplicação do

método de equivalência patrimonial (MEP), que não são aceites para os registos de apuramento fiscal.

2.2.2. Diferentes tipos de *Book-Tax Differences*

Para os autores é unânime que existem duas grandes diferenças no que diz respeito às BTB, as diferenças temporárias e as diferenças permanentes (Chi et al., 2014; Comprix et al., 2010; Dias, 2017; Huang & Wang, 2013; Jackson, 2015; Marques et al., 2016; Moore, 2012; Moore & Xu, 2018; Oh, Park, & Hong, 2016; Poterba et al., 2011).

As diferenças permanentes não são uma questão de tempo, ou seja, não têm influência temporal, porque nunca serão revertidas. Estas surgem devido ao diferente procedimento fiscal e contabilístico, visto que os procedimentos são regidos por diferentes regras e objetivos. Normalmente são aceites custos e rendimentos para efeitos de contabilidade, que nunca serão dedutíveis nem tributáveis para fins fiscais devido ao seu normativo (Dias, 2017).

Assim, estas diferenças não têm influência no rendimento contabilístico ou fiscal futuro, pois não estão relacionadas com o momento de reconhecimento do acréscimo (Oh et al., 2016). Deste modo, a despesa fiscal do período corrente não sofrerá alterações futuras, as quais não dão origem ao reconhecimento de Impostos Diferidos (Dias, 2017; Moore & Xu, 2018).

Deste modo, é importante referir que as diferenças permanentes são consideradas mais incertas que as temporárias, devido à sua quantia, ao seu momento e à sua contabilização, pois estas surgem baseadas num elevado número de itens que são considerados como não aceites fiscalmente (Comprix et al., 2010). Entre os quais, multas, coimas, juros de mora, despesas de representação e custos com refeição e entretenimento (Bessa, 2016; Comprix et al., 2010; Moore, 2012; Pereira, 2013), distintos valores de taxas de tributação (Kvaal & Nobes, 2013), aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) (Gaertner et al., 2016), e reavaliações de Ativos e Passivos por Impostos Diferidos distintos valores de taxas de tributação (Kvaal & Nobes, 2013).

Por conseguinte, as diferenças permanentes têm um maior impacto nas BTB, (Comprix et al., 2010; Kvaal & Nobes, 2013; Moore, 2012), o qual se justifica pelo facto das temporárias serem consideradas como diferenças menos persistentes do que as permanentes (Abdul Wahab & Holland, 2015).

Existem também as diferenças temporárias, que resultam de um acontecimento económico que é registado tanto para efeitos fiscais, como para efeitos contabilísticos. No entanto, estes eventos são mensurados em momentos diferentes (Marques et al., 2016) consoante a aplicação do SNC ou do CIRC, dependendo da aplicação de critérios de mensuração diferentes (Dias, 2017).

Como o próprio nome indica, as diferenças temporárias são reversíveis, distinguindo-se assim das diferenças permanentes, o que permite que no fim de determinados períodos, as diferenças sejam inexistentes, sendo revertidas na sua totalidade (Comprix et al., 2010; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Moore, 2012; Oh et al., 2016).

As diferenças temporárias são explicadas pelas diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade, e pelas regras de mensuração subsequentes a cada uma delas (Moore & Xu, 2018). Por exemplo, os rendimentos para efeitos fiscais só são aceites quando existem efetivas entradas monetárias, enquanto que, para a contabilidade são aceites rendimentos e gastos no efetivo momento em que existem estes acontecimentos.

As diferenças temporárias surgem essencialmente devido à diferente contabilização de determinados itens, entre os quais os de maior relevância são: as depreciações (Bessa, 2016; Comprix et al., 2010; Dias, 2015; Frank, Lynch, & Rego, 2009b; Gaertner et al., 2016; Gong et al., 2016; Hanlon, Krishnan, & Mills, 2012; Lee et al., 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Moore, 2012; Pereira, 2013; Wilson, 2009); as perdas por imparidade (Dias, 2015; Gaertner et al., 2016; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015); o reconhecimento do justo valor (Dias, 2015); os rendimento de juros (Gaertner et al., 2016); e as provisões (Evers et al., 2014; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015).

As diferenças temporárias dão origem a Impostos Diferidos (ID), dividindo-se assim em diferenças tributáveis e dedutíveis, respetivamente, em Passivos por Impostos Diferidos (PID) e, Ativos por Impostos Diferidos (AID). Deste modo, estas diferenças influenciam o pagamento dos impostos futuros, pois o valor e o sinal dos Impostos Diferidos, podem resultar num maior ou menor valor de impostos a pagar no final do período. Assim, Gaertner et al., (2016) conclui que contrariamente às diferenças permanentes, as temporárias têm consequência nos anos posteriores, devido à reversão das mesmas.

O cálculo dos Impostos Diferidos tem importância no cálculo das Demonstrações Financeiras, e no imposto a pagar no período corrente. Na medida em que, os impostos decorrentes do período em questão têm de ser contabilizados com os Impostos Diferidos

de anos anteriores, podendo, caso existam, aumentar ou diminuir o pagamento do imposto.

Quanto às Demonstrações Financeiras, os ID deverão vir evidenciados nas mesmas, resultando na apreciação positiva dos *stakeholders* que as analisam, devido à possível presença de AID, que resultarão em benefícios económicos futuros.

Por último, diversos estudos indicam que há outros fatores justificativos para as diferenças temporárias e permanentes. Assim, Frank et al., (2009); Huang & Chang, (2016); Wilson, (2009) defendem que a competitividade fiscal das empresas e as suas práticas fiscais agressivas, estão fortemente relacionadas com as diferenças permanentes. Enquanto que, as diferenças temporárias são influenciadas pela gestão de resultados elaborada pelos gestores e administradores das empresas (Blaylock et al., 2012; Hanlon et al., 2012; Huang & Chang, 2016; Huang & Wang, 2013).

2.2.3. Métricas para as *Book-Tax Differences*

Normalmente, nos estudos realizado sobre as BTM, o ponto principal da questão é a forma de cálculo e de mensuração da mesma, e os seus diferentes tipos. Assim, Jackson, (2015), defende que, inicialmente, se deve manter o foco na mensuração desta temática, e posteriormente, analisar-se todas as temáticas envolvidas das BTM.

No entanto, alguns autores optam por analisar as BTM, através da variação de séries temporais e por níveis (Comprix et al., 2010; Dhaliwal et al., 2011a; Moore, 2012). As análises segundo as séries temporais, como o próprio nome indica, permitem uma análise de diferentes períodos e num longo prazo, sendo assim possível tentar perceber a evolução do comportamento das entidades nestes mesmos períodos (Dhaliwal et al., 2011a). Esta forma de análise, permite também, agregar na temática em estudo informações relativas ao risco e à elaboração de reporte agressivo, por parte das empresas (Comprix et al., 2010; Gong et al., 2016; Moore, 2012).

Quanto aos níveis, a principal desvantagem desta análise é ser relativa a um único período. Contudo, estes níveis variam consoante as atividades principais da empresa, a sua legislação e as suas práticas habituais de reporte, fornecendo assim informação mais específica.

Deste modo, qualquer uma das perspetivas de análise é bastante importante face à informação pretendida, permitindo assim melhorar a sua recolha relativamente às empresas (Comprix et al., 2010).

Quanto à mensuração das BTB, existem dois itens diferentes. O rendimento contabilístico, o qual é reportado, de carácter obrigatório, nas DF das empresas, sendo simplesmente um ato de consulta de valor, designadamente, o Resultado Antes de Imposto, RAI. O segundo item é o Rendimento Tributável, cujo cálculo se inicia pelo Resultado Líquido, resultante da contabilidade, deduzido ou acrescido nas correções fiscais, bem como das variações, negativas ou positivas, provenientes da fiscalidade. Sendo ainda possível, deduzir a este, prejuízos fiscais de períodos anteriores, no caso de existirem (Dias, 2015).

Assim, vários autores defendem que o quociente entre o valor dos impostos e a taxa de imposto utilizada no respetivo período, resulta no Rendimento Tributável, sendo esta a forma de cálculo usada mais frequentemente (Ayers, Laplante, & McGuire, 2010; Bessa, 2016; Comprix et al., 2010; M. A. Desai & Dharmapala, 2006; Dhaliwal et al., 2011a; Dias, 2015; Fonseca & Costa, 2017; Goncharov, 2009; Green & Plesko, 2016; Hanlon et al., 2012; Jiraskova, 2015; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Moore, 2012; Seidman, 2012; Watrin et al., 2014).

No entanto, há outros métodos de cálculo do Rendimento Tributável, entre os quais o método defendido por Long et al., (2013). Este defende que se deve incorporar o valor dos Impostos Diferidos, isto é, que o valor dos impostos é obtido através da soma dos PID e da subtração dos AID, ao resultado da multiplicação entre a Taxa de Imposto do período e o Rendimento Tributável. Portanto, é possível observar o valor pretendido, visto que o Rendimento Tributável é a única incógnita na equação de cálculo.

Assim, o cálculo das BTB pode ser realizado na sua totalidade, através da totalidade das diferenças entre o resultado obtido, pela contabilidade e fiscalidade. Sendo que, os autores que defendem este método de cálculo, optam por quatro métricas diferentes.

No entanto, para determinar e analisar, de uma forma mais minuciosa, o valor das BTB, há autores que defendem que se deve fazer a distinção entre as diferenças temporárias e permanentes, e consequentemente, os diferentes métodos de cálculo de cada uma (Abdul Wahab & Holland, 2015; Fonseca & Costa, 2017; Kvaal & Nobes, 2013).

Deste modo, o valor das diferenças permanentes é obtido pela diferença entre o valor das BTB total e o valor das diferenças temporárias (Chi et al., 2014; Comprix et al., 2010; Donohoe & McGill, 2011; Hanlon, 2005; Huang & Wang, 2013; Jiménez-Angueira, 2018; Marques et al., 2016; Moore, 2012; Moore & Xu, 2018; Sundvik, 2017a; Watrin et al., 2014). Enquanto que, as diferenças temporárias resultam do quociente entre o valor

das despesas com ID e a taxa de imposto do período, em análise (Chi et al., 2014; Comprix et al., 2010; Donohoe & McGill, 2011; Hanlon, 2005; Huang & Wang, 2013; Jiménez-Angueira, 2018; Marques et al., 2016; Moore, 2012; Moore & Xu, 2018; Sundvik, 2017a; Watrin et al., 2014).

Na tabela 1 do Capítulo 2 (Tabela 2.1.), abaixo apresentada, efetuou-se um resumo com todas as fórmulas necessárias para o cálculo das *Book-Tax Differences* Totais, assim como, na tabela 2 do Capítulo 2 (Tabela 2.2.), são evidenciadas as fórmulas para o cálculo das *Book-Tax Differences* Permanentes e Temporárias.

Book-Tax Differences e os seus Determinantes

Tabela 2.1. - Fórmulas de Cálculo da *BTD Total*
 Fonte: Elaboração Própria

| Book-Tax Differences - TOTAL | | |
|---|---|--|
| EQUAÇÃO | VARIÁVEIS | AUTORES QUE DEFENDEM |
| $\mathbf{BTD = PreTxInc - \left[\frac{CurrFedTx + CurrForTx}{StatRate} \right]}$ | <p>PreTxInc: Resultado antes de Impostos CurrFedTx: Despesa de imposto corrente no país CurrForTx: Despesa de imposto corrente no estrangeiro StatRate: A principal/maior taxa de imposto prevista na lei</p> | (Abdul Wahab et al., 2018; Comprix, Graham, & Moore, 2011; Fonseca & Costa, 2017; Frank, Lynch, & Rego, 2009a; Hanlon, 2005; Hanlon et al., 2012; Jiménez-Angueira, 2018; Jiraskova, 2015; R. Koubaa & Jarboui, 2015; Moore, 2012; Moore & Xu, 2018; Wilson, 2009; Xian, Sun, & Zhang, 2015) |
| $\mathbf{BTD = PreTxInc - \left[\frac{TotalTx}{StatRate} \right]}$ | <p>PreTxInc: Resultado antes de Impostos TotalTx: Total de Impostos (Diferidos e Correntes) StatRate: A principal/maior taxa de imposto prevista na lei</p> | (Bessa, 2016; Dias, 2015; Watrin et al., 2014) |
| $\mathbf{BTD = PreTxInc - \left[\frac{CurrFedTx}{StatRate} \right]}$ | <p>PreTxInc: Resultado antes de Impostos CurrFedTx: Despesa de imposto corrente no país StatRate: A principal/maior taxa de imposto prevista na lei</p> | (M. A. Desai, 2005; Gaertner et al., 2016; Green & Plesko, 2016; Manzon, Jr. & Plesko, 2002) |
| $\mathbf{BTD = \frac{(accounting\ profit - taxable\ income)}{total\ assets}}$ | <p>BTD: total das diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade da empresa num determinado ano Accounting Profit: Lucro antes de imposto Taxable Income: Rendimento tributável Total Asset: Total dos ativos da empresa</p> | (Huang & Chang, 2016; Jackson, 2015; Kim & Im, 2017; Marques et al., 2016) |
| $\mathbf{BTD = \frac{TI}{BI} = \frac{After\ tax\ taxable\ Income}{After\ tax\ Book\ Income}}$ | <p>BTD: total das diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade da empresa num determinado ano After Tax Taxable Income: Lucro tributável após imposto After Tax Book Income: Lucro contabilístico após imposto</p> | (Chi et al., 2014; Weber, 2009) |
| $\mathbf{CTE = \theta_0 + \theta_1 PTBI + \theta_2 ForPTBI + \theta_3 DIV + \epsilon_t}$ | <p>CTE: Gasto fiscal corrente PTBI: Lucro antes de imposto ForPTBI: Lucro antes de imposto no estrangeiro DIV: Dividendos ε: Variável não explicativa do modelo (representa as <i>BTD</i> das empresas).</p> | (Atwood, Drake, Myers, & Myers, 2012; Atwood et al., 2010; Blaylock et al., 2015; Braga, 2017; Kuo & Lee, 2016; Rachmawati & Martani, 2017) |

Book-Tax Differences e os seus Determinantes

Tabela 2.2. - Fórmulas de Cálculo de *BTD* Permanentes e Temporárias

Fonte: Elaboração Própria

| Book-Tax Differences: Permanente e Temporária | | |
|--|--|--|
| EQUAÇÃO | VARIÁVEIS | AUTORES QUE DEFENDEM |
| PermDiff = BTDiff – TempDiff | BTDiff: Total das diferenças entre a Contabilidade e a Fiscalidade da empresa num determinado ano PermDiff: Diferenças permanentes TempDiff: Diferenças temporárias | (Chi et al., 2014; Comprix et al., 2011; Donohoe & McGill, 2011; Hanlon, 2005; Huang & Wang, 2013; Jiménez-Angueira, 2018; Marques et al., 2016; Moore, 2012; Moore & Xu, 2018; Sundvik, 2017b; Watrin et al., 2014) |
| TempDiff = $\frac{\text{deferred tax expense}}{\text{StatRate}}$ | TempDiff: Diferenças temporárias Deferred Tax Expense: Despesas com impostos diferidos StatRate: A principal/maior taxa de imposto previsto por lei. | (Chi et al., 2014; Comprix et al., 2011; Donohoe & McGill, 2011; Hanlon, 2005; Huang & Wang, 2013; Jiménez-Angueira, 2018; Marques et al., 2016; Moore, 2012; Moore & Xu, 2018; Sundvik, 2017b; Watrin et al., 2014) |

2.2.4. Determinantes das *Book-Tax Differences*

Os determinantes das BTM já foram alvo de estudo por diversas vezes, sendo os seus principais objetivos, perceber quais são os fatores influenciadores das diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade, e qual a forma como essa diferença é influenciada.

Na maioria das vezes, os autores optam por diferenciar os determinantes em dois grupos, os fatores institucionais e os fatores não institucionais. No entanto, nem sempre são estudados os dois grupos de fatores, como aconteceu com Long et al., (2013). Por outro lado, (Fonseca & Costa, (2017); Manzon, Jr. & Plesko, (2002); R. R. Koubaa & Jarboui, (2015)) defendem que ambos os grupos têm uma relevância significativa, logo todos são estudados.

2.2.4.1. *Fatores institucionais*

Os Fatores Institucionais são associados às BTM normais (Dridi & Adel, 2016; Fonseca & Costa, 2017; Gong et al., 2016), resultando simplesmente das diferenças de mensuração e de regras entre a contabilidade a fiscalidade, como foi referido anteriormente. Neste caso, os fatores mais relevantes são a rentabilidade, o crescimento das vendas e o crescimento do investimento em ativos (Fonseca & Costa, 2017; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015).

A rentabilidade é um dos determinantes que pretende concluir, se o facto de uma empresa ter pouca ou muita rentabilidade têm impacto nas BTM. Este fator influencia positivamente a BTM de uma empresa (Fonseca & Costa, 2017; Green & Plesko, 2016; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002). Esta relação justifica-se pelo facto de, só ser possível utilizar isenções e benefícios fiscais se houver resultados positivos numa empresa, logo quanto maiores forem os níveis de rentabilidade, mais fácil se torna utilizar estes mecanismos fiscais, em seu próprio benefício, suportando menos pagamento de impostos.

Quando ocorrem prejuízos fiscais a relação tornasse negativa (Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Tang & Firth, 2011a; Xian et al., 2015), pois como referido no parágrafo anterior, só é possível utilizar benefícios fiscais caso haja lucro. Deste modo, não existe uma utilização benéfica destes incentivos, inerentes à existência de rentabilidade por parte das empresas.

O crescimento de vendas é outro dos fatores institucionais, que influencia a BTB. Esta variável é descrita como sendo caracterizadora, da evolução do valor das vendas do presente período, em relação ao período transato. Este determinante é considerado como um influenciador positivo (Green & Plesko, 2016; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Tang & Firth, 2011; Xian et al., 2015). Sendo esta influência positiva explicada através, de determinadas perdas associadas a vendas só serem aceites fiscalmente no futuro, segundo determinados critérios específicos. Enquanto que, na contabilidade estas perdas são reconhecidas imediatamente, originado assim um maior valor das BTB. Em suma, o crescimento das vendas é utilizado para verificar a sua influência ou não nas BTB, consoante o seu valor aumentar ou diminuir (Fonseca & Costa, 2017; Green & Plesko, 2016; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Tang & Firth, 2011).

Prosseguindo, com o crescimento do investimento em ativos, este é considerado como o valor do investimento efetuado entre diferentes períodos. Sendo estudado se tal facto, afeta ou não as BTB (R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Tang & Firth, 2011; Xian et al., 2015). Este determinante caracteriza-se essencialmente pela diferença de contabilização das depreciações dos ativos, visto que, as regras fiscais desta são bastante distintas das regras contabilísticas. Deste modo, dá-se origem a uma maior diferença das BTB, considerando-se que a relação entre este determinante e as BTB é positiva (Manzon, Jr. & Plesko, 2002).

Relativamente à rubrica das amortizações, é importante salientar as diferenças existentes no item dos ativos intangíveis. Neste parâmetro existem também, diferenças entre a vida útil dos ativos, quer para fins contabilísticos, como para fins fiscais (Green & Plesko, 2016; Lee et al., 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Seidman, 2012; Tang & Firth, 2011; Xian et al., 2015). O *Goodwill*, e a sua mensuração, em Portugal diferem no carácter fiscal e contabilístico. A amortização fiscal deste só é aceite, em situações excecionais, sendo este amortizado num valor igualmente faseado, durante 20 anos. Salvo estas exceções o *Goodwill*, não é dedutível fiscalmente. Ao invés, na contabilidade, este é dedutível, caso seja possível determinar com fiabilidade, pela vida útil do mesmo. Não existindo uma certeza exata da vida útil do *Goodwill*, então este é amortizado em 10 anos. Deste modo, a amortização deste item, influencia a existência das BTB.

Outro fator que pode influenciar as BTB são as mudanças legislativas, visto que é bastante frequente haver ajustamento nas normas contabilísticas e fiscais, implicando assim, um resultado positivo nas diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade

(Seidman, 2012). É de referir ainda, que este determinante é de carácter institucional, pois as mudanças dos normativos não têm qualquer influência por parte dos gestores das entidades, sendo estas decisões tomadas por quem rege os códigos e normativos, contabilísticos e fiscais, a aplicar.

2.2.4.2. *Fatores não institucionais*

Os fatores não institucionais dão origem às BTD consideradas anormais (Dridi & Adel, 2016; Fonseca & Costa, 2017; Gong et al., 2016; Tang & Firth, 2011). Estes têm uma influência significativa por parte dos gestores das empresas, com recurso à manipulação de resultados através das suas práticas de gestão (Dridi & Adel, 2016; Tang & Firth, 2011).

A taxa de participação do investidor é considerada um dos determinantes das BTD, já que o papel dos investidores e o seu impacto, pode influenciá-la positiva ou negativamente. Este determinante foi estudado inúmeras vezes, sendo que os resultados obtidos não são todos convergentes, existindo uma grande discussão em torno da influência da participação do investidor. Portanto, Moore, (2012) defende que, se os níveis de participação dos investidores forem elevados, as BTD serão influenciadas negativamente, devido ao maior controlo dos acionistas sobre os gestores, não existe grande margem de manobra para a obtenção, de gestão e manipulação, de resultados. Ao invés, Long et al., (2013) defendem que, a elevada participação dos acionistas pressupõe um maior poder e liberdade para a manipulação dos resultados, em seu próprio benefício, resultando assim, num impacto positivo nas BTD.

As práticas realizadas por parte dos gestores dividem-se, essencialmente, no planeamento fiscal e na gestão de resultados. O planeamento fiscal é um rigoroso estudo por parte dos gestores, sobre os impostos a pagar num determinado período de tempo, tendo como objetivo que, o valor de pagamento dos impostos seja o menor possível, ou seja, o rendimento tributável da empresa seja reduzido ao mínimo.(Gong et al., 2016)

A prática de *tax shelter* é um exemplo de uma prática agressiva de planeamento fiscal. O seu principal objetivo é diminuir substancialmente o pagamento de imposto, e é executado através de uma interpretação diferente da legislação fiscal, alterando os objetivos da legislação (Wilson, 2009). Esta prática tornasse bastante atrativa pois, sendo de fácil utilização, os seus resultados são bastante rápidos e eficazes (A. Desai, 2003). Ainda a difícil deteção, por parte das entidades fiscais, das empresas que a utilizam, bem

como o difícil cálculo do benefício fiscal associado à sua utilização, são outro fator aliciante da sua utilização (Wilson, 2009). Assim, o valor das BTD é influenciado positivamente pelas práticas de *tax shelter* (A. Desai, 2003; Frank et al., 2009; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Wilson, 2009).

A gestão de resultados, como o próprio nome indica, é a gestão dos resultados para benefício da empresa. Assim, os resultados são apresentados com o intuito, de atrair e agradar, os *stakeholders* da empresa (Comprix et al., 2011; A. Desai, 2003; Fonseca & Costa, 2017; Tang & Firth, 2011). Por este motivo, e devido à liberdade que os gestores têm dentro do normativo contabilísticos, muitas vezes a gestão de resultados é observada de uma forma negativa, podendo significar que a empresa não tem resultados consistentes na realidade (Xian et al., 2015).

A liberdade dos gestores leva-os a influenciar os resultados, não só com o intuito de cativar os *stakeholders*, como também por interesses individuais. Atualmente, a maioria das entidades opta por atribuir remunerações variáveis, a fim de incentivar os seus colaboradores a obterem melhores desempenhos. Estas remunerações são alcançadas mediante os resultados das entidades, fazendo com que os gestores optem por apresentar ao máximo os resultados contabilísticos em benefício próprio, para atingir os objetivos a que foram propostos.

Tanto a prática de planeamento fiscal, como de gestão de resultados podem ser identificados através da comparação entre o resultado contabilístico e fiscal. O normativo fiscal é mais rigoroso do que o contabilístico, não aceitando determinadas perdas e ganhos, como acontece na contabilidade. Assim, é exetável que o resultado fiscal tenda a ser maior que o resultado contabilístico (Jiraskova, 2015; Zinn et al., 2016), na medida em que é apurado de uma forma mais rigoroso, em consequência das regras a cumprir. Quando o contrário se sucede, torna-se um indicador relevante de que podem estar a ocorrer estas práticas por parte dos gestores.

2.2.4.3. *Outros fatores*

A mudança da atividade económica também tem impacto nas BTD, na medida em que, o setor de atividade das empresas pode influenciar as diferenças existentes, nomeadamente, no que diz respeito a crédito, incentivo e risco (Abdul Wahab & Holland, 2015). Porém, a influência deste determinante é exetável, essencialmente nas empresas públicas,

devido à responsabilidade de uma maior qualidade de reporte da informação financeira, inerente a estas (Goncharov, 2009).

A pontualidade de reporte tem influência no valor das BTB. O resultado contabilístico é mais valorizado pelos *stakeholders* da empresa, do que o resultado fiscal, tornando o resultado contabilístico mais oportuno. Esta importância advém de uma necessidade, dos mercados financeiros observarem a informação financeira das empresas, em detrimento da informação contabilística, devido ao foco das leis fiscais estar exclusivamente, nas regras de contabilização dos impostos e afins. Deste modo, a pontualidade de reporte origina estimativas de resultados, devido à necessidade de cumprir com os prazos imposto pelas entidades, que resultarão em informação pouco precisa, e em dúvidas de mercado. Portanto, Goncharov, (2009) defende que, este determinante pode ter um impacto positivo nas BTB, se houver um crescimento económico, e negativo caso aconteça o contrário.

Outra variável, que pode ou não influenciar as BTB, é o facto de uma empresa ser auditada (Huang & Chang, 2016; Oh et al., 2016). O ato de auditoria define-se como, a ação de fiscalização e controlo da contabilidade e da gestão de uma empresa, para ser possível aferir a gestão e a situação financeira da mesma. Caso uma empresa seja auditada, o seu rigor contabilístico aumenta, ou seja, a informação que é fornecida através da contabilidade é elaborada segundo um maior número de regras, sendo a liberdade dos gestores mais restrita. Assim, é expectável que, se as empresas forem auditadas o valor das BTB irá ser maior (Dias, 2017).

Outro determinante bastante interligado com o determinante anterior, é sendo as empresas auditadas, se o são pelas BIG4. Tal facto, aumentaria ainda mais o rigor exigido as empresas por parte destas auditoras, o que faz com que a exigência de relato financeiro aumente. Esperando-se assim que, se as empresas forem auditadas por uma Big 4, as diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade sejam influenciadas positivamente, logo o valor das BTB será maior. Pois as empresas com menor rigor de auditoria, por vezes dão pouca relevância aos registos contabilísticos, dando mais aos fiscais (Dias, 2017).

O Sistema de Controlo Interno das empresas é um determinante que está subjacente aos determinantes da dimensão da empresa, e ao facto serem auditadas ou não. Este sistema pressupõe benefícios como a prevenção de possíveis fraudes, erros e omissões, que poderão comprometer a imagem das entidades e, resultar em custos subjacentes à falta de controlo interno. Nesse caso, é possível afirmar que, este determinante apresente uma relação positiva face às BTB, (Huang & Chang, 2016), visto que são implementados

sistemas rigorosos de controlo interno da gestão e dos registos das entidades, que resultarão num aumento da fiscalização interna.

A média de idades da gerência é outro determinante das BTB. Diversos autores indicam que, a idade dos gestores que incorporam a gerência, se traduz na experiência destes dentro do ambiente da empresa, bem como a sua tolerância face aos avanços tecnológicos, e as suas atitudes e posições relativas a riscos e oportunidades de mercado (Binacci *et al.*, 2016; Gielnik, Zacher, & Schmitt, 2017; Musteen, 2016 *in* Abdul Wahab *et al.*, 2018).

Em grandes empresas, as estratégias de ação de mercado são bastante complexas, logo o processo de decisão é bastante longo, e de grande discussão entre os membros da gerência. Deste modo, se a média de idades for mais heterogénea, mais reduzida, os diretores mais novos apresentarão uma maior capacidade de novas práticas de gestão, sendo, portanto, expetável que haja um melhor desempenho das entidades e um maior valor das BTB (Abdul Wahab *et al.*, 2018).

A média de anos na gerência de uma empresa influencia também o valor das BTB. Um grupo de diretores, que esteja durante alguns anos consecutivos na presidência de uma entidade, tem um elevado grau de conhecimento da entidade, conhecendo o ambiente, os seus recursos e toda a envolvente de negócio (Horner, 2015; Niu & Berberich, 2015 *in* Abdul Wahab *et al.*, 2018). Porém, quando surgem situações, novas e complexas na empresa, os diretores têm alguma falta de adaptação à nova realidade que enfrentam, devido rotina que foi criada no processo de gerência.

Deste modo, uma maior rotação dos membros da gerência indica uma capacidade de gestão e decisão mais eficaz e eficiente, pois permite aos diretores elaborarem um maior número de estratégias, resultante das diferentes experiências dos novos membros do grupo de direção das empresas.

O género das pessoas que constituem o grupo de gerência das empresas é um determinante influenciador do valor das BTB. Um grupo de diretores, que seja diversificado em termos de género, possibilita um leque de qualidades, que permitem tornar as empresas mais competitivas em ambientes complexos (Carpenter, 2002; Hambrick *et al.*, 1996 *in* Abdul Wahab *et al.*, 2018). Esta diversidade de qualidade só é possível, havendo presença dos diferentes géneros na gerência, na medida em que certas características variam consoante o género.

Portanto, a diversificação de género permite que haja um conflito social entre os gerentes, que seja benéfico para melhorar as estratégias de uma entidade. Estas estratégias

podem estar subjacentes às práticas, que determinam que exista um maior valor das BTB (Abdul Wahab et al., 2018), sendo assim expetável que a diversificação de género nos membros de órgãos diretos, influencie as diferenças entre a contabilidade a fiscalidade.

A educação dos membros da gerência está interligada com o valor das BTB, sendo assim um determinante influenciador. Um grupo de diretores que tenha um nível educacional mais graduado, ou seja, com qualificações pós-secundário, resulta num grupo em que seja expetável uma maior capacidade de resposta a situações adversas, e uma forma mais crítica de avaliar diferentes cenários de uma entidade, devido à sua instrução (Chang & Shim, 2015 *in* Abdul Wahab et al., 2018).

No entanto, ter uma equipa de gerentes com um nível de educação heterogénea, pode oferecer à empresa uma capacidade de resposta alternativa, na medida em que, os diferentes níveis de educação proporcionarão ao grupo pontos de vista diversificados, em relação às situações enfrentadas. Logo, a relação entre este determinante e as BTB, está associado aos benefícios que a heterogeneidade do nível de educação da gerência, pode facultar à gestão (Abdul Wahab et al., 2018).

2.2.4.4. Fatores de controlo

O Tamanho da Empresa é considerado um dos determinantes das BTB, sendo este considerado como o valor do Ativo, que a empresa detém nas suas Demonstrações Financeiras. A influência deste determinante já foi estudada diversas vezes, sendo que são regularmente apresentados resultados bastante distintos (Dias, 2015; Goncharov, 2009; Hanlon et al., 2012; Kvaal & Nobes, 2013; Long et al., 2013; Moore, 2012).

É usual caracterizar-se o tamanho da empresa, através do montante que registam no Ativo das suas Demonstrações Financeiras. As empresas de maior dimensão têm uma maior capacidade de gestão de resultados, sendo também mais fiscalizadas, e, por conseguinte, têm um maior controlo regulamentar. Portanto, prevê-se uma relação positiva entre o Tamanho das Empresas e as BTB (Dias, 2015; Goncharov, 2009; Hanlon et al., 2012; Kvaal & Nobes, 2013; Long et al., 2013). No entanto, não existe grande consenso nos resultados obtidos, como foi referido anteriormente, assim Moore, (2012) indica uma relação negativa entre as BTB e o tamanho da empresa.

Outro determinante que averigua o nível de afetação nas BTB é o Nível de Endividamento, representando o valor de endividamento dentro de uma empresa, mais concretamente o valor de capital que detêm e que é considerado como emprestado por terceiros (R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Xian et al., 2015). O nível de endividamento influencia positivamente as BTB (Frank et al., 2009; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Xian et al., 2015). As empresas com um maior nível de endividamento têm a tendência, de fazer maior gestão dos resultados contabilísticos e de reportar as suas demonstrações financeiras com informação de menor qualidade. Pretendendo assim, transmitir uma melhor imagem aos outros intervenientes de mercado exteriores. Portanto, esta gestão de resultados, devido ao nível de endividamento, faz aumentar as BTB.

A Taxa Efetiva de Imposto, TEI, é um determinante que já foi estudado em estudos anteriores. Esta distingue-se da taxa nominal de imposto, como sendo mais realista, na medida em que reflete os valores que são verdadeiramente pagos. É expectável, que este determinante influencie positivamente o valor das BTB, uma vez que um aumento da taxa efetiva de imposto, pode despoletar um interesse por parte dos gestores das empresas, em praticar planeamento fiscal ou gestão de resultados (Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Tang & Firth, 2011; Xian et al., 2015).

Por último, a Liquidez é um determinante que também influencia o valor das BTB. Esta representa, a velocidade e a facilidade com que um ativo pode ser convertido em rendimento. É esperado que haja uma relação negativa entre a liquidez e as BTB (Evers et al., 2014), pois quanto menos liquidez uma empresa tiver, mais informações sobre impostos diferidos estas reportam. Com este reporte, as empresas pretendem aumentar a sua credibilidade junto dos investidores externos, pois este relatório indica expectativas positivas sobre ganhos num futuro de curto prazo, com os benefícios fiscais que utilizarão no futuro.

Na tabela 3 do Capítulo 2 (tabela 2.3) é possível constatar um quadro síntese das relações entre os diferentes determinantes e as *Book-Tax Differences*, assim como, os autores que defendem cada teoria.

Book-Tax Differences e os seus Determinantes

Tabela 2.3. - Resumo entre os Determinantes, como influenciam a BTB e os autores que defendem
 Fonte: Elaboração Própria

| Determinantes | Fatores Institucionais | | | | | Fatores não institucionais | | | | Outros Fatores | | | | | | | | | | Fatores de Controlo | | | | | |
|------------------------------|-------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----------------------------------|-----|-----|-----|-----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|----------------------------|-----|-----|-----|-----|---|
| | D1 | D2 | D3 | D4 | D5 | D6 | D7 | D8 | D9 | D10 | D11 | D12 | D13 | D14 | D15 | D16 | D17 | D18 | D19 | D20 | | | | | |
| Relação | (+) | (-) | (+) | (+) | (+) | (+) | (-) | (+) | (+) | (+) | (+) | (-) | (+) | (+) | (+) | (-) | (-) | (-) | (+) | (+) | (-) | (+) | (+) | (-) | |
| (Manzon, Jr. & Plesko, 2002) | X | X | X | X | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | X | |
| (A. Desai, 2003) | | | | | | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| (Frank et al., 2009) | | | | | | | | | | X | | | | | | | | | | | | | X | | |
| (Wilson, 2009) | | | | | | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | |
| (Goncharov, 2009) | | | | | | | | | | X | X | X | | | | | | | | X | | | | | |
| (Seidman, 2010) | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (Tang & Firth, 2011) | | X | X | X | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | X | |
| (Comprix et al., 2010) | | | | | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (Moore, 2012) | | | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | X | | | | |
| (Hanlon et al., 2012) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | | | | | |
| (Long et al., 2013) | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | X | | | | | |
| (Kvaal & Nobes, 2013) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | | | | | |
| (Evers et al., 2014) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X |
| (Koubaa & Jarbouï, 2015) | X | | X | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | | |
| (Xian et al., 2015) | | X | X | X | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | X | X | |
| (Dias, 2015) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | X | | | | | |
| (Green & Plesko, 2016) | X | | X | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (Huang & Chang, 2016) | | | | | | | | | | | | X | | | | | | | | | | | | | |
| (Fonseca & Costa, 2017) | X | | | | | | | | X | | | | | | | | | | | | | | | | |
| (Dias, 2017) | | | | | | | | | | | X | X | | | | | | | | | | | | | |
| (Abdul Wahab et al., 2018) | | | | | | | | | | | | | | | | X | X | X | X | | | | | | |

Legenda de Determinantes:

- D1 – Rentabilidade
- D2 – Crescimento de Vendas
- D3 – Crescimento de investimento em Ativos
- D4 – Mudanças Legislativas
- D5 – Taxa de Participação do Investidor
- D6 – Gestão de Resultados
- D7 – Planeamento Fiscal
- D8 – Atividade Económica
- D9 – Pontualidade de Reporte
- D10 – Auditada
- D11 – Auditada Big4
- D12 – Sistema de Controlo Interno das Empresas
- D13 – Idade dos Gestores
- D14 – Média De Anos Da Gerência
- D15 – Género dos Gestores
- D16 – Nível de Educação dos Gestores
- D17 – Tamanho da Empresa
- D18 – Nível de Endividamento
- D19 – Taxa Efetiva de Imposto
- D20 – Liquidez

2.3. Hipóteses de investigação

Após a análise dos principais determinantes das BTB, referidos na literatura, é importante explicitar os objetivos específicos deste estudo. Assim, estes pretendem analisar a forma como, os determinantes influenciam as diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal, e o impacto dos mesmos nesta diferença.

Os objetivos específicos são considerados as hipóteses de investigação a testar no modelo empírico, deste modo, os determinantes analisados serão a rentabilidade, o crescimento de vendas, o crescimento do investimento em ativos, o nível de endividamento, o tamanho da empresa, auditada e auditadaBIG4.

Iniciando a formulação das hipóteses pela *Rentabilidade (RENT)*, segundo a literatura afirma-se que, a rentabilidade e as BTB têm uma relação positiva (Fonseca & Costa, 2017; Green & Plesko, 2016; R. R. Koubaa & Jarboui, 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Xian et al., 2015). Esta relação justifica-se pelo facto de haver maior facilidade de utilizar isenções e benefícios fiscais, em empresas que apresentam elevados níveis de rentabilidade. Logo, os mecanismos fiscais serão utilizados de forma mais eficiente e eficaz, quanto maiores forem os níveis de rentabilidade, suportando, assim um menor pagamento de impostos.

H1: A Rentabilidade das empresas privadas portuguesas apresenta uma relação positiva com a BTB.

De acordo com a literatura, o *crescimento de vendas ($\Delta Vendas$)* é outro determinante considerado como um influenciador positivo das BTB, (Green & Plesko, 2016; Koubaa & Jarboui, 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Tang & Firth, 2011; Xian et al., 2015). Esta influência positiva explica-se porque, determinadas perdas associadas a vendas só são aceites fiscalmente no futuro, segundo determinados critérios específicos, enquanto que, na contabilidade estas perdas são reconhecidas imediatamente, originado assim um maior valor das BTB.

H2: O crescimento de vendas das empresas privadas portuguesas influencia positivamente as BTB.

Prosseguindo, com o *crescimento do investimento em ativos (ΔAFT)*, este determinante caracteriza-se essencialmente pela diferença de contabilização das depreciações dos ativos, visto que, as regras fiscais desta são bastante distintas das regras contabilísticas. Deste modo, quanto maior for o número de ativos depreciáveis, maior será a diferença, na contabilização, das depreciações desses ativos. Originado assim, uma

maior diferença das BTB, considerando-se, pela literatura, que existe uma relação positiva, entre este determinante e as BTB (Manzon, Jr. & Plesko, 2002).

H3: Existe uma relação positiva entre o crescimento do investimento em ativos das empresas privadas portuguesas e a BTB.

O *nível de endividamento (END)* é outro dos determinantes que, de acordo com a literatura, apresenta uma relação positiva com as BTB (Koubaa & Jarboui, 2015; Xian et al., 2015; Frank, Lynch, & Rego, 2009). Ou seja, as empresas com um maior nível de endividamento têm a tendência a fazer maior gestão dos resultados contabilísticos, com o intuito de camuflar os seus níveis de endividamento. Reportando assim, com menor qualidade de informação, as suas demonstrações financeiras. Deste modo, conseguem passar uma melhor imagem, da entidade, aos outros intervenientes de mercado, continuando a despertar o interesse destes. Assim, esta gestão de resultados, devido ao nível de endividamento, faz aumentar as BTB.

H4: O nível de endividamento das empresas privadas portuguesas influencia positivamente a BTB.

Analisar-se-á qual o impacto do *Tamanho da Empresa (DIM)*, nas BTB. É usual caracterizar-se o tamanho da empresa através do montante que registam no Ativo das suas demonstrações financeiras. Sendo estas empresas de maior dimensão, mais fiscalizadas, e tendo um maior controlo regulamentar devido à sua maior dimensão. Então, segundo a literatura, aguardasse uma relação positiva entre o Tamanho das Empresas e as BTB (Dias, 2015; Goncharov, 2009; Hanlon et al., 2012; Kvaal & Nobes, 2013; Long et al., 2013).

H5: O Tamanho das empresas privadas portuguesas influencia positivamente as BTB.

De modo a reforçar a análise da dimensão da empresa e do seu rigor de apresentação, irá ser estudado se o facto das empresas serem *auditadas (AUD)*, influencia positiva ou negativamente as BTB. O ato de auditoria define-se como, a ação de fiscalização e controlo da contabilidade e da gestão de uma empresa, para ser possível aferir a gestão e a situação financeira da mesma. Assim, é expectável que, conforme a literatura, o valor das BTB seja maior, conforme a empresa for auditada (Dias, 2017).

H6: Existe uma relação positiva entre as BTB e as empresas privadas portuguesas serem auditadas.

O facto de uma empresa ser *auditada por uma BIG4 (AUDBIG4)* faz com que a exigência de relato financeiro aumente. Esperando-se assim que se as empresas forem

auditadas por estas, influencie positivamente as diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade, logo o valor das BTB será maior. Pois as empresas com menor rigor de auditoria, por vezes dão pouca relevância aos registos contabilísticos, dando mais aos fiscais (Dias, 2017). Portanto, prevê-se, pela literatura analisada, uma relação positiva, entre o facto de uma empresa ser auditada por uma BIG4 e as BTB (Dias, 2017).

H7: As empresas privadas portuguesas serem auditadas pelas BIG4 influencia positivamente as BTB.

3. METODOLOGIA

3.1. Paradigma da investigação

O paradigma da investigação, que será adotado, é definido com base no objetivo do estudo do presente relatório, sendo este enunciado como quais os fatores que influenciam, de forma positiva ou negativa, o valor das *Book-Tax Differences* das empresas privadas portuguesas, num certo período de temporal.

Deste modo, pode-se concluir que é o paradigma positivista, o que mais corresponde ao objetivo previamente definido, sendo bastante utilizado nas investigações em Contabilidade (Major, 2017; Ryan, Scapens, & Theobold, 2002; Vieira, 2009). Este paradigma enuncia que tudo o que, através dos métodos científicos, possa ser verificado e validado, é considerado conhecimento, ou seja, este tipo de investigação, rege-se pelo método científico (Lamas, 2012).

A investigação positivista pretende refletir a realidade de forma rigorosa e objetiva, estudando desta forma diversos acontecimentos, como indivíduos, sistemas ou subunidades, conseguindo obter resultados de comportamentos racionais (Major, 2017). Esta análise é realizada através de uma relação causa/efeito, onde são observados, de dentro de um conjunto acontecimentos, factos que explicam e preveem esses mesmos acontecimentos (Lamas, 2012; Major, 2017; Ryan et al., 2002; Serrasqueiro, 2017; Vieira, 2009). Sendo, deste modo, possível de concluir pela análise, quais os fatores que os influenciam.

De modo a que o estudo possa ser realizado por diferentes autores, e seja possível obter os mesmos resultados (Coutinho, 2014; Major, 2017) é importante que o investigador em questão seja objetivo na sua análise e que a realidade em que se encontra seja totalmente independente do mesmo (R. R. Koubaa & Jarboui, 2017; Ryan et al., 2002; Serrasqueiro, 2017; Vieira, 2009).

Assim, o presente estudo, sendo realizado de acordo com o paradigma positivista, seguirá a seguinte tipologia:

- Primeiro será definido o problema em estudo;
- Em seguida, toda a informação teórica será definida, a qual estará presente no capítulo Revisão de Literatura;
- Prosseguindo, serão enunciadas as hipóteses de investigação da análise;

- Segue-se com a recolha de dados e posteriormente, a análise dos mesmos a fim de testar a veracidade das hipóteses de investigação (Coutinho, 2014; Lamas, 2012; Major, 2017; Ryan et al., 2002; Serrasqueiro, 2017; Vieira, 2009). Será possível generalizar as respostas, caso todas as hipóteses sejam testadas como positivas (Coutinho, 2014; Ryan et al., 2002; Vieira, 2009);
- Por fim, serão enunciadas as principais conclusões dos resultados obtidos, as limitações presentes no estudo e ainda recomendações futuras (Vieira, 2009).

Concluindo, através do paradigma positivista é possível definir que o tipo de metodologia derivante é a quantitativa, sendo sempre baseada no objetivismo (Ryan et al., 2002; Serrasqueiro, 2017; Vieira, 2009) e o método de recolha de dados é o hipotético-dedutivo (Coutinho, 2014; Serrasqueiro, 2017).

3.2. Processo de seleção da amostra

A amostra é caracterizada pelo conjunto de dados, recolhido e analisado, a fim de verificar as questões de análise em estudo. A amostra será retirada de uma base de dados específica, facultada pelo ISCTE-IUL, a Bureau van Dijk's Amadeus, visto que contém, essencialmente informação sobre empresas de menor dimensão. Sabendo que o objetivo do estudo será analisar empresas privadas portuguesas, não cotadas, num determinado período temporal, e que o tecido empresarial português é composto, maioritariamente, por PME's, a base de dados Bureau van Dijk's Amadeus será a base de dados mais adequada para o estudo em questão, e permitirá aceder aos dados pretendidos.

Após a definição da base de dados utilizada para o estudo, será necessário selecionar o período temporal do estudo, e as empresas que terão os seus dados analisados, para aferir as conclusões do estudo.

Sendo importante explicitar o período temporal de estudo, definir-se-á um intervalo de tempo em que as variáveis, enunciadas anteriormente, serão alvo de estudo. Assim, o estudo será realizado entre os anos de 2014 e 2018, esta decisão é baseada no facto da implementação do IRC, ter sido realizada em 2014.

Como a fórmula de cálculo do apuramento fiscal foi alterada em 2014, não é viável estudar esta temática em períodos, onde o apuramento fiscal seja determinado de forma diferente, correndo-se assim o risco de enviesar os dados analisados e as conclusões obtidas. Portanto, foi determinado que iria ser alvo de análise, o período pós implementação da reforma do IRC.

A seleção das empresas, é baseada na realidade portuguesa, logo faz mais sentido, que a amostra seja de empresas privadas. Sendo ainda necessário, explicitar a razão da escolha entre as empresas, cotadas ou não cotadas.

Durante um longo período a contabilidade servia, essencialmente, para cumprir com os requisitos e regras fiscais. Cujas funcionalidades eram, que esta fosse elaborada, para cumprir, meras legalidades, não proporcionando aos gestores, a informação de qualidade, que é reportada pela contabilidade, atualmente. Logo, as diferenças entre os registos fiscais e contabilísticos eram praticamente nulas.

É deste modo, excluído da análise, as empresas cotadas por serem alvo de uma maior fiscalização por parte das entidades, na medida em que são obrigadas a elaborar, com grande regularidade, um reporte de maior qualidade das demonstrações financeiras.

A amostra inicial será constituída por todas as empresas portuguesas, não cotadas, que se encontrem ativas, entre o período de 2014 e 2018. Deste modo, a amostra inicial do estudo é representada por 188 775 empresas.

Inicialmente, e baseando nos estudos metodológicos adotados por vários autores (Abdul Wahab & Holland, 2015; Ayers et al., 2010; Bessa, 2016; Comrix et al., 2011; Dhaliwal, Huber, Lee, & Pincus, 2011; Dias, 2015; Dridi & Adel, 2016; Evers et al., 2014; Frank et al., 2009; Hanlon, 2005; Hanlon et al., 2012; R. Koubaa & Jarboui, 2015; Long et al., 2013; Moore, 2012; Xian et al., 2015; Zinn et al., 2016) foram excluídas da amostra, todas as empresas do setor público e do setor financeiro e de seguros. No processo de exclusão das empresas, foi utilizada a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE), que difere as empresas, consoante o seu setor e ramo de atividade. As empresas do setor público, que correspondem à secção O, foram excluídas, devido ao principal objetivo desta dissertação ser a análise exclusiva das empresas privadas portuguesas. Por outro lado, a exclusão das empresas do setor financeiro e de seguros, da secção K, acontece devido às regras e características específicas destas entidades, e dos seus relatórios, que tendem a distorcer a interpretação dos dados fiscais (Ayers et al., 2010; Dhaliwal et al., 2011; Evers et al., 2014; Hanlon et al., 2012; Zinn et al., 2016). Deste modo, eliminando da amostra as empresas correspondentes a estas duas secções, obtém-se uma amostra com um total de 184 875 empresas.

O processo seguinte, engloba excluir as empresas que não apresentam dados em todas as rubricas selecionadas para o estudo. Visto que é fundamental para a consistência da análise do estudo, que todas as variáveis das empresas apresentem dados em todos os

anos estudados. Assim após retirar estas empresas, obteve-se um total de 87 127 empresas.

Posteriormente, foi utilizada uma técnica bastante frequente em estudos anteriores (Ayers et al., 2010; Comprix et al., 2011; Dhaliwal et al., 2011; Dias, 2015; Evers et al., 2014; Fonseca & Costa, 2017; Frank et al., 2009; Green & Plesko, 2016; Hanlon, 2005; Mills & Newberry, 2001; Moore, 2012; Watrin et al., 2014; Xian et al., 2015). Esta técnica permite a exclusão dos valores, que em cada uma das variáveis, são considerados *outliers*, é importante referir que este método permite evitar o enviesamento e a distorção dos resultados estatísticos. Para a definição do limite dos *outliers*, foram considerados todos os valores que se distanciem da média de cada variável, mais de 3 do desvio-padrão. Tendo o total do número de empresas da base de dados diminuído para 86 104 empresas.

Como o Lucro Tributável, não é um valor visível nas demonstrações financeiras, tem de ser calculado por estimativas. Deste modo, para facilitar este cálculo irão ser excluídas as empresas cuja sede se situa na Região Autónoma da Madeira e Açores. A principal razão da exclusão destas empresas deve-se ao facto da TEI ser influenciada pela taxa nominal. No subcapítulo seguinte (3.4.1. Variável dependente) irá ser explicitado este tema com mais detalhe, sendo que a Região Autónoma dos Açores apresenta uma taxa nominal diferente de Portugal Continental, enquanto que a Região Autónoma da Madeira apresenta valores diferentes, ao longo do período de análise. Assim, obtém-se um total de 84 710 empresas.

Foram também calculadas as variáveis finais, consoante os dados recolhidos e tratados anteriormente, sendo necessário excluir as empresas, cujos cálculos pudessem criar problemas estatístico. Estes problemas estão associados a fórmulas que continham incoerências matemáticas, como por exemplo divisões, em que a variável, quando denominador, obtivesse resultado 0. Deste modo, a amostra passou a contabilizar um total de 83 316 empresas.

Tal como aconteceu anteriormente, foram também retirados os valores considerados *outliers*, mas para as variáveis finais. Assim, após a exclusão dos *outliers*, a amostra totalizava 76 404 empresas.

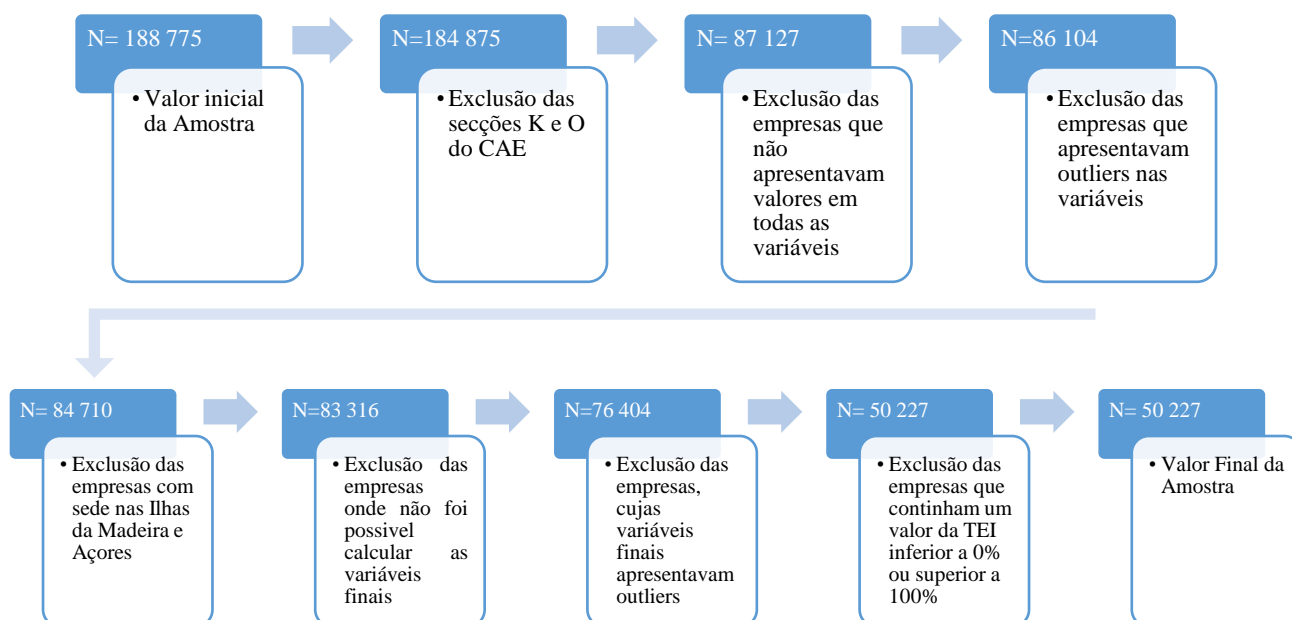
Por último, foram excluídas empresas segundo a taxa efetiva de imposto, visto que, determinados valores desta variável, poderiam criar uma incorreta compreensão dos dados e dos seus resultados. Portanto, foram eliminadas todas as empresas, cujo valor final desta variável fosse superior a 100% ou negativo (Bessa, 2016).

Por conseguinte, e após esta última fase de exclusão de empresas, apurou-se uma amostra final de 50 227 empresas, para um período temporal de análise de 5 anos (2014 a 2018).

Visto que, foi verificado que estas empresas apresentam dados em todas as variáveis finais e em todos os anos do estudo, o número total de empresas, que inclui a amostra final é de 50 227, perfazendo um total de 251135 observações.

Para uma melhor perceção do método de seleção e tratamento da amostra, foi elaborado um gráfico que sintetiza, os processos descritos anteriormente, desde a amostra inicial até à amostra final.

Tabela 3.1. - Processo de Seleção da Amostra
Fonte: Elaboração Própria



3.3. Caracterização da amostra

Tanto a amostra inicial como a amostra final, são constituídas por empresas que pertencem a diferentes tipos de setores de atividade económica. Deste modo é importante perceber como é que as empresas em estudo se distribuem pelos diferentes setores do CAE.

Contudo, como já foi referido anteriormente, sabe-se à partida que não irão constar empresas dos setores K e O, pois foram excluídas da análise no Processo de Seleção da Amostra, por se tratarem de empresas do setor público (Secção O), logo não fazerem parte

das empresas pretendidas para estudo, e empresas cujas atividades são financeiras e de seguros, as quais apresentam regulamentos de atividades específicos e bastante diferente das demais empresas, diferenciando-se bastante. Deste modo, é apenas pertinente analisar a caracterização das empresas que correspondem à Amostra Final. O quadro síntese dos resultados é apresentado abaixo.

Tabela 3.2. - Caracterização da amostra segundo a Secção CAE
 Fonte: Elaboração Própria com base nos outputs obtidos no SPSS

| Secção CAE | Número Empresas | Porcentagem |
|---|------------------------|--------------------|
| A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca | 1.782 | 3,5 |
| B - Indústrias extrativas | 145 | 0,3 |
| C - Indústrias Transformadoras | 8.713 | 17,3 |
| D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | 76 | 0,2 |
| E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição | 208 | 0,4 |
| F - Construção | 4.796 | 9,5 |
| G - Comércio por grosso e a retalho | 16.698 | 33,2 |
| H - Transportes e armazenagem | 2.179 | 4,3 |
| I - Alojamento, restauração e similares | 2.618 | 5,2 |
| J - Atividades de informação e de comunicação | 1.003 | 2,0 |
| L - Atividades imobiliárias | 1.159 | 2,3 |
| M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 4.682 | 9,3 |
| N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 1.482 | 3,0 |
| P - Educação | 454 | 0,9 |
| Q - Atividades de saúde humana e apoio social | 3.278 | 6,5 |
| R - Atividades Artísticas, de espetáculos, desportistas e recreativas | 300 | 0,6 |
| S - Outras atividades de serviços | 654 | 1,3 |
| Total | 50.227 | 100,0 |

Analisando a Tabela 2 do Capítulo 3 (Tabela 3.2), é possível evidenciar que os setores com maior representação de empresas são a Secção G - Comércio por grosso e a retalho (33,2%); reparação de veículos automóveis e motociclos; Secção C- – Indústrias Transformadoras (17,3%); Secção F- Construção (9,5%) e Secção M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (9,3%). Estas 4 empresas perfazem cerca de 70% do Total das empresas da amostra final.

Contrariamente, as empresas com menos representação, correspondem à Secção D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (0,2%); Secção B - Indústrias extrativas (0,3%) e Secção E -Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição (0,4%). Cumulativamente estas empresas perfazem 0,9% nem chegando a representar 1% do Total da amostra final, o que evidência a sua baixa representação.

3.4. Variáveis e métricas utilizadas

O tipo de investigação utilizada baseia-se nas relações causa/efeito, como foi anteriormente explicado. Através da Revisão de Literatura foram definidas quais as variáveis de análise mais relevantes e pertinentes para o estudo.

Deste modo, é definida uma variável dependente, que possui a posição de efeito na relação. Assim é possível perceber qual o efeito de determinados fatores na variável. Por outro lado, as variáveis independentes, assumem a posição de causa, e traduzem-se assim nas diversas causas que explicam a variável dependente. A análise terá como objetivo perceber de que forma os dois tipos de variáveis se relacionam (Ryan et al., 2002).

Neste capítulo irão ser explicadas com detalhe, cada uma das variáveis utilizadas no presente estudo, e será ainda descrito o modelo empírico a utilizar.

3.4.1. Variável dependente

Sendo o objetivo principal desta dissertação, estudar e analisar as BTD's, faz sentido que seja esta a variável dependente em estudo. Através desta variável dependente, será possível compreender alguns dos fatores, que influenciaram a sua evolução, ao longo do determinado período. Como foi referido anteriormente, existem diversas fórmulas de cálculo das BTD, sendo possível cada autor utilizar determinada fórmula em seu benefício, de forma a apurar os objetivos pretendidos para o estudo. Assim, será mais perceptível medir o impacto destes determinantes nas BTD's, e avaliar o seu comportamento.

Como foi referido na Revisão de Literatura, alguns autores defendem que, para haver um estudo mais pormenorizado das diferenças entre a contabilidade e a fiscalidade, é necessário dividir essas diferenças entre temporárias e permanentes (Abdul Wahab & Holland, 2015; Fonseca & Costa, 2017; Kvaal & Nobes, 2013). Porém, para a realização do estudo por este método, está subjacente o conhecimento do valor dos impostos diferidos, no entanto, a base de dados, a Amadeus, utilizada no presente estudo, não apresenta este dado. Portanto, a variável dependente será analisada segundo o valor total das BTD, não havendo uma análise mais minuciosa, das diferenças existentes.

No entanto, analisando o valor das BTD pelo seu valor total, existem ainda diversas fórmulas possíveis para calcular estas diferenças, tal como foi enunciado no capítulo da

Revisão de Literatura. Um dos fatores necessários para a decisão de escolha da fórmula de cálculo, deve-se aos dados que cada fórmula necessita, sendo que, estes têm de estar presentes, direta ou indiretamente, na base de dados escolhida para o estudo. O lucro contabilístico aparece diretamente nas Demonstrações Financeiras das empresas, por isso é um dado observável na base de dados, contudo, o lucro fiscal não é divulgado, tendo de ser estimado, segundo os dados analisados. Logo, a equação mais adequada à base de dados utilizada, e ao estudo em questão, é a utilizada por Dias, (2015) e Watrin et al., (2014).

$$BTD_{i,t} = \frac{RAI_{i,t} - \frac{Total\ de\ Imposto_{i,t}}{Taxa\ Nominal\ de\ IRC_{k,t}}}{Ativo\ Total_{i,t-1}} \quad (3.1)$$

Sendo que:

- $BTD_{i,t}$ → Diferenças entre o Resultado Contabilístico e o Resultado Fiscal da empresa i no ano t ;
- $RAI_{i,t}$ → Resultado Contabilístico antes de Impostos da empresa i no ano t ;
- $Taxa\ de\ Imposto_{i,t}$ → Valor Total de Impostos da empresa i no ano t ;
- $Taxa\ Nominal\ de\ IRC_{k,t}$ → Taxa Nominal de IRC na região k no ano t ;
- $Ativo\ Total_{i,t-1}$ → Total do Ativo da empresa i no ano $t-1$;
- $t = 2014, 2015, \dots, 2018$
- $i = 1, 2, \dots, n$
- $k =$

Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira

Analisando a equação em questão, é importante explicitar algumas especificidades desta. Para alguns autores, a divisão do valor total das BTD pelo valor total do ativo das entidades no ano anterior, acontece devido aos problemas de heterocedasticidade existentes em alguns estudos (Comprix et al., 2011; M. A. Desai & Dharmapala, 2004; Dias, 2015; Fonseca & Costa, 2017; Frank et al., 2009; Moore, 2012; Watrin et al., 2014; Wilson, 2009; Xian et al., 2015). Sendo que, grande parte das variáveis independentes analisadas, também terão esta divisão pelo valor do ativo, para manter a coerência da análise.

O segundo ponto é relativo à estimativa do Lucro Fiscal, pois o cálculo deste lucro é sempre obtido da mesma forma. Através, do quociente entre o valor total despendido com o pagamento de impostos e taxa de imposto utilizada no período (Ayers et al., 2010; Bessa, 2016; Comprix et al., 2011; M. A. Desai & Dharmapala, 2006; Dias, 2015; Frank et al., 2009; Hanlon, 2005; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Moore, 2012; Watrin et al., 2014). A fórmula, na sua globalidade é sempre a mesma, porém, nos estudos apresentados ela apresenta algumas diferenças. Tal facto acontece devido aos dados que cada autor utiliza e tem acesso, como é verificado no valor dos impostos, em que muitos apresentam uma diferenciação dos tipos de impostos, nacionais e estrangeiros, e correntes e diferidos.

$$Lucro\ Fiscal = \frac{Total\ de\ Imposto_{i,t}}{Taxa\ Nominal\ de\ IRC_{k,t}} \quad (3.2)$$

No cálculo do Lucro Tributável é também importante explicitar algumas características da Taxa Nominal de IRC. O primeiro ponto deve-se às diferentes taxas aplicadas em Portugal, consoante a localização da sede de cada empresa, tendo em conta que a divisão de Portugal. Tal divisão ocorre legalmente, segundo o Decreto-Lei n.º 46/89, sob o domínio da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) 1, onde Portugal se divide em três regiões, Portugal Continental, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores. Sendo deste modo, indispensável de perceber em que região, cada uma das empresas do estudo, está sediada, a fim de ser perceptível qual a Taxa Nominal de IRC a utilizar.

Existe ainda outro influenciador da Taxa Nominal de IRC, o tamanho das empresas. O valor da taxa subdivide-se para algumas empresas que são designadas como, Pequenas e Médias Empresas, PME's, pois estas consoante os valores da sua matéria coletável, podem beneficiar de uma redução da Taxa Nominal de IRC. Sendo que, a diferenciação das taxas é aplicada para valores inferiores a 15.000€ de matéria coletável de cada entidade.

De modo a esquematizar a temática da Taxa Nominal de IRC, e a sua evolução ao longo do período de estudo, foi elaborada a tabela 3 do Capítulo 3. (Tabela 3.3.)

Tabela 3.3. - Taxa Nominal de IRC
Fonte: Elaboração Própria

| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|------|------|------|------|------|
| <i>PORTUGAL CONTINENTAL</i> | | | | | |
| Taxa Geral | 23% | 21% | 21% | 21% | 21% |
| PME'S - Matéria Coletável Até 15000€ | 17% | 17% | 17% | 17% | 17% |

Book-Tax Differences e os seus Determinantes

| | | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|
| <i>PME'S - Matéria Coletável Remanescente</i> | 23% | 21% | 21% | 21% | 21% |
| <i>REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA</i> | | | | | |
| <i>Taxa Geral</i> | 23% | 21% | 21% | 21% | 21% |
| <i>PME'S - Matéria Coletável Até 15000€</i> | 17% | 17% | 17% | 17% | 16% |
| <i>PME'S - Matéria Coletável Remanescente</i> | 23% | 21% | 21% | 21% | 21% |
| <i>REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</i> | | | | | |
| <i>Taxa Geral</i> | 18,4% | 16,8% | 16,8% | 16,8% | 16,8% |
| <i>PME'S - Matéria Coletável Até 15000€</i> | 13,6% | 13,6% | 13,6% | 13,6% | 13,6% |
| <i>PME'S - Matéria Coletável Remanescente</i> | 18,4% | 16,8% | 16,8% | 16,8% | 16,8% |

Sendo assim, é importante explicitar as diferentes formas de cálculo do Lucro Tributável, variando consoante a designação e o valor da matéria coletável das empresas. Estas fórmulas de cálculo dividem-se em três categorias, as empresas que não são consideradas PME's, as que são PME's mas a sua matéria coletável não excede os 15000€ e por último, as designadas PME's que excedem o valor de 15000€ de matéria coletável. (Tabela 3.4)

Tabela 3.4. - Formas de cálculo do Lucro Tributável, variando consoante a designação e o valor da matéria coletável

Fonte: Elaboração Própria

| DESIGNAÇÃO DA CATEGORIA | FÓRMULA |
|-------------------------|---|
| NÃO PME'S | $LT_{i,t} = \frac{Total\ Impostos_{i,t}}{Taxa\ Nominal\ Geral\ de\ IRC_{k,t}}$ |
| PME'S ≤ 15.000€ | $LT_{i,t} = \frac{Total\ Impostos_{i,t}}{Taxa\ Nominal\ Reduzida\ de\ IRC_{k,t}}$ |
| PME'S > 15.000€ | $LT_{i,t} = 15000 + \frac{Total\ Impostos_{i,t} - 15000 \times Taxa\ Nominal\ Reduzida\ de\ IRC_{k,t}}{Taxa\ Nominal\ Geral\ de\ IRC_{k,t}}$ |
| LEGENDA | <p>$LT_{i,t}$ → Lucro Tributável da empresa i no ano t;</p> <p>$Total\ Impostos_{i,t}$ → Valor total dos impostos da empresa i no ano t;</p> <p>$Taxa\ Nominal\ Geral\ de\ IRC_{k,t}$ → Valor da Taxa Nominal Geral de IRC na região k no ano t;</p> <p>$Taxa\ Nominal\ Reduzida\ de\ IRC_{k,t}$ → Valor da Taxa Nominal Reduzida de IRC na região k no ano t;</p> <p>$i = 1, 2, \dots, n$</p> <p>$t = 2014, 2015, \dots, 2018$</p> <p>$k =$ Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira</p> |

Em síntese, estas fórmulas traduzem a forma de obtenção das BTB para as empresas da amostra, conforme as taxas de IRC utilizadas para as diferentes dimensões e designações das empresas, bem como para os diversos valores das matérias coletáveis. Tendo ainda em consideração, a diferenciação das taxas nominais de IRC aplicadas,

segundo as regiões das NUTS 1 e a localização das sedes das empresas, da amostra recolhida. No entanto, como foi referido anteriormente, foram excluídas as empresas das Regiões Autónomas da Madeira e Açores, a fim de facilitar o cálculo da matéria coletável, tendo sido consideradas as fórmulas anteriormente descritas para Portugal Continental.

3.4.2. Variáveis independentes

As variáveis independentes, são selecionadas de acordo com as hipóteses de investigação referidas anteriormente, e em consonância com a revisão de literatura. Estas variáveis foram selecionadas devido à evidência científica corroborada por outros autores, de que existe uma relação entre estas e o valor das BTB, sendo assim possível averiguar a veracidade das hipóteses de investigação formuladas no presente estudo.

Nesse caso, as variáveis independentes são a Rentabilidade, o Crescimento de Vendas, o Crescimento do Investimento em ativos, o Nível de Endividamento, o Tamanho da Empresa, Auditada e Auditada BIG4.

Iniciando pela rentabilidade, para conseguirmos averiguar a sua influência na BTB, é importante quantificá-la, ou seja, explicitar a sua forma de cálculo. A rentabilidade, é formulada por muitos autores como uma variável binária, distinguindo-se esta variável em dois aspetos, a de uma empresa apresentar resultados positivos, lucro, ou resultados negativos, prejuízo. Assim, vários autores indicam que a variável rentabilidade assume valor 1, quando o resultado antes de impostos é positivo, ou o valor 0 quando o resultado antes de impostos é negativo (Fonseca & Costa, 2017; Green & Plesko, 2016; R. Koubaa & Jarboui, 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002).

$$RAI > 0 \rightarrow RENT = 1 \quad RAI < 0 \rightarrow RENT = 0 \quad (3.3)$$

O crescimento das vendas, permite analisar, se o aumento ou a diminuição das vendas, face ao ano anterior, influencia significativamente o valor das BTB, e qual o tipo de relação, positiva ou negativa. Assim, o crescimento das vendas é calculado através do quociente da diferença, do valor das vendas do ano corrente, e o valor das vendas do ano anterior, e o total do ativo da empresa, no ano anterior. Esta fórmula de cálculo foi utilizada, à semelhança dos estudos realizados por Fonseca & Costa, (2017); Green & Plesko, (2016) e R. Koubaa & Jarboui, (2015):

$$\Delta Vendas_{i,t} = \frac{Vendas_{i,t} - Vendas_{i,t-1}}{Total\ de\ Ativo_{i,t-1}} \quad (3.4)$$

Sendo que:

- $\Delta Vendas_{i,t} \rightarrow$ Crescimento de vendas da empresa i , no ano t face ao ano $t-1$;
- $Vendas_{i,t} \rightarrow$ Valor das vendas do ano corrente, t ;
- $Vendas_{i,t-1} \rightarrow$ Valor das vendas do ano anterior, $t-1$;
- $Total\ de\ Ativos_{i,t-1} \rightarrow$ Total de Ativos do ano anterior, t ;
- $t = 2014, 2015, \dots, 2018$
- $i = 1, 2, \dots, n$

O crescimento do investimento em ativos, é quantificado através do valor dos ativos fixos tangíveis, sendo medido o seu crescimento, através da evolução desta rubrica, no ano corrente, face ao período homólogo. Deste modo, a fórmula utilizada é semelhante à utilizada por R. Koubaa & Jarboui, (2015); Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015) que obtém este valor através do quociente entre a diferença de valores dos ativos fixos tangíveis, entre anos, e o valor total do ativo, no ano anterior :

$$\Delta AFT_{i,t} = \frac{AFT_{i,t} - AFT_{i,t-1}}{Total\ Ativos_{i,t-1}} \quad (3.5)$$

Sendo que:

- $\Delta AFT_{i,t} \rightarrow$ Crescimento do investimento em ativos fixos tangíveis da empresa i , no ano t , face ao ano anterior $t-1$;
- $AFT_{i,t} \rightarrow$ Valor dos Ativos Fixos Tangíveis da empresa no ano t ;
- $AFT_{i,t-1} \rightarrow$ Valor dos Ativos Fixos Tangíveis da empresa no ano $t-1$;
- $Total\ Ativos_{i,t-1} \rightarrow$ Valor Total dos Ativos da empresa no ano $t-1$;
- $t = 2015, 2016, \dots, 2018$
- $i = 1, 2, \dots, n$

O nível de endividamento é contabilizado através do quociente, do valor do passivo de uma empresa e do valor do seu ativo, tal como foi utilizado por Goncharov, (2009); Xian et al., (2015). Esta variável, mede o quão uma empresa está endividada, ou seja, o capital que a empresa detém financiado por investidores externos. Deste modo será possível analisar se, tal facto, tem uma influência significativa no valor das BTB.

$$END_{i,t} = \frac{Passivo_{i,t}}{Total\ Ativo_{i,t-1}} \quad (3.6)$$

Sendo que:

- $END_{i,t} \rightarrow$ Valor do Nível de Endividamento da empresa i no ano t ;
- $Passivo_{i,t} \rightarrow$ Valor total do Passivo da empresa no ano t ;
- $Total Ativo_{i,t-1} \rightarrow$ Valor total do Ativo da empresa no ano $t-1$;
- $t = 2014, 2015, \dots, 2018$
- $i = 1, 2, \dots, n$

O tamanho da empresa, é uma variável que não reúne consenso entre as conclusões encontradas. No entanto, a maioria dos autores afirma que, quanto maior for a dimensão de uma entidade, maior será o valor das BTB apresentado pelas empresas. Assim, esta variável é usualmente quantificada, através do cálculo do logaritmo do valor do ativo do ano corrente, sendo defendida por autores que defendem a relação negativa como a positiva (Dias, 2015; Fonseca & Costa, 2017; Frank et al., 2009; Goncharov, 2009; Hanlon et al., 2012; R. Koubaa & Jarboui, 2015; Long et al., 2013; Moore, 2012).

$$DIM_{i,t} = \ln(Total Ativo_{i,t}) \quad (3.7)$$

Sendo que:

- $DIM_{i,t} \rightarrow$ Tamanho da empresa i no ano t ;
- $\ln(Total Ativo_{i,t}) \rightarrow$ Logaritmo Natural do valor Total do Ativo do ano t ;
- $t = 2014, 2015, \dots, 2018$
- $i = 1, 2, \dots, n$

A variável independente, AUDITADA, não é caracterizada por nenhuma forma de cálculo, sendo assim, uma variável que não é calculável, mas sim observável. A variável é formalizada neste estudo através de um formato binário, assumindo o valor 1, se as suas demonstrações financeiras, DF, forem auditadas, ou o valor 0, se não for auditada, tal como Dias, (2017) realizou no seu estudo.

$$Auditada = 1 \quad Não Auditada = 0 \quad (3.8)$$

Por último, quanto à variável AUDITADABIG4, esta assume um formato de análise em tudo semelhante ao da variável anterior, pois também não é uma variável que é calculada através de uma fórmula. Deste modo, a sua apresentação também é realizada numa dimensão dicotómica, pois caso as demonstrações financeiras de uma entidade,

forem auditadas pela EY, PwC, Deloitte ou KPMG, assume o valor 1 e assume o valor 0 se não o forem.

$$\text{Auditada} \rightarrow \text{EY, PwC, Deloitte, KPMG} = 1$$

$$\text{Outros Casos} = 0 \quad (3.9)$$

3.4.3. Variáveis de controlo

As Variáveis de Controlo, são frequentemente incluídas nestes tipos de estudo, a fim de se conseguir isolar, o efeito de certos determinantes, sobre a variável dependente. Estas variáveis influenciam a Variável Dependente, mas, não são o aspeto principal do estudo, como acontece com as Variáveis Independentes. Qualquer determinante, que em estudos anteriores já tenha comprovado ter uma relação com a Variável Dependente em estudo, pode ser utilizado como Variável de Controlo.

No presente estudo, utilizar-se-á como Variáveis de Controlo, a Taxa Efetiva de Imposto e a Liquidez.

A Taxa Efetiva de Imposto, TEI, incluíse neste estudo como variável de controlo, distinguindo-se da taxa nominal de imposto, essencialmente, porque esta última não inclui fatores como isenções e créditos fiscais, deduções e evasão fiscal. (Bessa, 2016) Existem diversas formas de quantificar esta variável, no entanto, a mais adequada para este estudo é a utilizada por Bessa, (2016) que utiliza o rácio entre o Total dos Impostos e o EBIT.

$$TEI_{i,t} = \frac{\text{Total de Impostos}_{i,t}}{EBIT_{i,t}} \quad (3.10)$$

Sendo que:

- $TEI_{i,t}$ → Taxa Efetiva de Imposto da empresa i , no ano t ;
- $\text{Total de Impostos}_{i,t}$ → Total de Impostos da empresa i , no ano t ;
- $EBIT_{i,t}$ → Valor do Resultado antes de impostos e juros da empresa i , no ano t ;
- $t = 2014, 2015, \dots, 2018$;
- $i = 1, 2, \dots, n$.

Finalmente, a Liquidez serve para averiguar o nível de liquidez das empresas, e para medir o nível de afetação que esta variável tem no valor das BTD. Sendo que

normalmente a relação expetável é negativa (Evers et al., 2014), na medida em que, quanto menor for a liquidez maior será o valor das BTD. O autor Evers et al., (2014), no seu estudo quantificou esta variável através da divisão entre o ativo corrente e o passivo corrente. No presente estudo é utilizada a mesma fórmula de cálculo, por se considerar que é a mais adequada.

$$LIQ_{i,t} = \frac{Ativo\ Corrente_{i,t}}{Passivo\ Corrente_{i,t}} \quad (3.11)$$

Sendo que:

- $LIQ_{i,t}$ → Valor da Liquidez da empresa i , no ano t ;
- $Ativo\ Corrente_{i,t}$ → Valor Total do Ativo Corrente da empresa i , no ano t ;
- $Passivo\ Corrente_{i,t}$ → Valor Total do Passivo Corrente da empresa i , no ano t ;
- $t = 2014, 2015, \dots, 2018$;
- $i = 1, 2, \dots, n$.

3.4.4. Modelo empírico

Após ser feita a descrição das variáveis utilizadas para a análise e serem apresentadas as correspondentes fórmulas de cálculo, é possível proceder à definição do Modelo Empírico, sendo este o modelo utilizado para fins estatísticos no seguinte capítulo da Análise de dados.

Este modelo expressa a relação entre a Variável Dependente, BTD, e as Variáveis Independentes, Rentabilidade, Crescimento de vendas, Crescimento de investimentos em ativos, Nível de Endividamento, Dimensão da Empresa, Auditada e Auditada BIG4, e ainda com as Variáveis de Controlo, Taxa Efetiva de Imposto e Liquidez. Relação essa que será expressa através do Modelo de Regressão Linear Múltipla, a qual será analisada através do *software IBM SPSS Statistics*. Segue em baixo a fórmula a analisar:

$$BT D_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 RENT_{i,t} + \beta_2 \Delta Vendas_{i,t} + \beta_3 \Delta AFT_{i,t} + \beta_4 END_{i,t} + \beta_5 DIM_{i,t} + \beta_6 AUD + \beta_7 AUDBIG4 + \beta_8 TEI_{i,t} + \beta_9 LIQ_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (3.12)$$

Sendo que:

- $BTD_{i,t}$ → Diferenças entre o Resultado Contabilístico e o Resultado Fiscal da empresa i no ano t ;
- $RENT_{i,t}$ → Rentabilidade da Empresa i , no ano t . Assume o valor 1 caso o lucro antes de impostos seja positivo ou o valor 0 caso contrário;
- $\Delta Vendas_{i,t}$ → Crescimento de vendas da empresa i , no ano t face ao ano $t-1$;
- $\Delta AFT_{i,t}$ → Crescimento do investimento em ativos fixos tangíveis da empresa i , no ano t , face ao ano anterior $t-1$;
- $END_{i,t}$ → Valor do Nível de Endividamento da empresa i no ano t ;
- $DIM_{i,t}$ → Tamanho da empresa i no ano t ;
- AUD → Facto da Empresa ser Auditada. Assume o valor de 1 se as suas demonstrações financeiras, forem auditadas, ou o valor 0 caso contrário;
- $AUDBIG4$ → Facto da Empresa ser Auditada por uma BIG4. Assume o valor de 1 se as suas demonstrações financeiras, forem auditadas pela EY, PwC, Deloitte ou KPMG, ou o valor 0 caso não o sejam;
- $TEI_{i,t}$ → Taxa Efetiva de Imposto da empresa i , no ano t ;
- $LIQ_{i,t}$ → Valor da Liquidez da empresa i , no ano t ;
- $t = 2014, 2015, \dots, 2018$
- $i = 1, 2, \dots, n$

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

O objetivo do presente capítulo é verificar se existe evidência estatística que corrobore o modelo empírico elaborado para o presente estudo. Serão testadas as hipóteses de investigação desenvolvidas anteriormente, com o intuito de averiguar se estas se verificam verdadeiramente com os dados apurados das empresas privadas portuguesas.

4.1. Análise descritiva

A Tabela 1 do Capítulo 4 (Tabela 4.1), apresenta a estatística descritiva referente às BTB, ou seja, da variável dependente do estudo em questão. Foram analisados, individualmente, cada ano do estudo, para ser possível ter uma melhor perceção da evolução das BTB.

Tabela 4.2. - Estatística Descritiva da variável dependente BTB de 2014 a 2018

Fonte: Elaboração Própria com base nos outputs provenientes do SPSS

*, **, *** estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1, 0,05 e 0,01, respetivamente

| | <i>Estatísticas Descritiva</i> | | | | |
|--------------------|--------------------------------|---------|---------|----------|---------|
| | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 |
| Número de Empresas | 50.227 | 50.227 | 50.227 | 50.227 | 50.227 |
| Média | -0,0346 | -0,0349 | -0,0342 | -0,0319 | -0,0351 |
| Mediana | -0,0223 | -0,0220 | -0,0216 | -0,0199 | -0,0182 |
| Moda | 0,0000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,0000 | 0,0000 |
| Desvio Padrão | 0,0661 | 0,0696 | 0,0734 | 0,0907 | 0,1020 |
| Variância | 0,004 | 0,005 | 0,005 | 0,008 | 0,010 |
| Mínimo | -0,7951 | -0,6805 | -0,7056 | -1,6164 | -0,9175 |
| Máximo | 0,7074 | 0,5862 | 0,5957 | 2,2614 | 0,7888 |
| Percentil 25 | -0,0539 | -0,0548 | -0,0544 | -0,0540 | -0,0578 |
| Percentil 50 | -0,0223 | -0,0220 | -0,0216 | -0,01992 | -0,0182 |
| Percentil 75 | -0,0048 | -0,0043 | -0,0044 | -0,0029 | -0,0013 |

Então, é possível observar que o valor médio das BTB, no período em análise, se mantém sem grandes alterações, tendo diminuído o seu valor, desde 2014 até 2018. Em 2014, o valor médio desta variável foi de -3,5% do ativo, enquanto que no último ano de análise, 2018, este valor foi de -3,46%. No entanto, esta evolução não foi linear, visto que houve oscilações, quer positivas quer negativas, entre o período de análise. Logo, é possível concluir, que a diferença entre o resultado contabilístico e fiscal diminui ao longo do período estudado.

Esta análise foi elaborada tendo em conta os valores reais do estudo, sendo, portanto, o valor médio das BTB sempre negativo no período de estudo, conclui-se então que o resultado fiscal é tendencialmente mais elevado que o resultado contabilístico.

À semelhança do que foi realizado para as BTB, na Tabela 2 do Capítulo 4 (Tabela 4.2.) serão apresentadas e analisadas as estatísticas descritivas das variáveis independentes e de controlo presentes no estudo. Através, do estudo com os valores reais, será possível ter uma ideia mais precisa sobre os valores reportados pelas empresas, e a evolução dos mesmos.

Tabela 4.2. - Estatística Descritiva das Variáveis Independentes

Fonte: Elaboração Própria com base nos outputs provenientes do SPSS

, **, * estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1, 0,05 e 0,01, respetivamente*

| | <i>Estatísticas Descritiva</i> | | | | | | | | |
|---------------------------|---------------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | RENT | ΔVendas | ΔAFT | END | DIM | TEI | LIQ | AUD | AUDBIG4 |
| <i>Número de Empresas</i> | 251.135 | 251.135 | 251.135 | 251.135 | 251.135 | 251.135 | 251.135 | 251.135 | 251.135 |
| <i>Média</i> | 0,99 | 0,129 | 0,016 | 0,587 | 6,134 | 0,226 | 5,204 | 0,26 | 0,01 |
| <i>Mediana</i> | 1,00 | 0,049 | -0,0043 | 0,552 | 6,037 | 0,20976 | 2,221 | 0 | 0 |
| <i>Moda</i> | 1 | 0,0000 | 0,000 | 0,819 | 3,041 | 0,170 | 0,000 | 0 | 0 |
| <i>Desvio Padrão</i> | 0,090 | 0,479 | 0,124 | 0,405 | 1,446 | 0,135 | 15,150 | 0,438 | 0,102 |
| <i>Mínimo</i> | 0 | -8,872 | -0,886 | -0,810 | 1,502 | 0,000 | - | 0 | 0 |
| <i>Máximo</i> | 1 | 12,217 | 6,457 | 20,075 | 10,769 | 0,999 | 1236,92 | 1 | 1 |
| <i>Percentil 25</i> | 1,00 | -0,036 | -0,023 | 0,3156 | 5,120 | 0,160 | 833,646 | 0 | 0 |
| <i>Percentil 50</i> | 1,00 | 0,049 | -0,004 | 0,552 | 6,037 | 0,209 | 1,354 | 0 | 0 |
| <i>Percentil 75</i> | 1,00 | 0,204 | 0,019 | 0,7810 | 7,061 | 0,257 | 4,397 | 1 | 0 |

Iniciando a análise pela primeira variável independente, Rentabilidade, esta apresenta um valor médio de 0,99. No entanto, esta variável é apresentada dicotomicamente, ou seja, com valores 0 ou 1. Neste caso, significa que os valores reportados pelas empresas são na sua maioria, aproximadamente 1, o que se traduz num RAI maioritariamente positivo.

Em segundo lugar, o Crescimento das Vendas. É possível verificar que esta variável apresenta uma evolução positiva ao longo do período de estudo, tal como foi verificado em estudos anteriores. (Fonseca & Costa, 2017; R. Koubaa & Jarboui, 2015; Tang & Firth, 2011) O Crescimento das Vendas apresenta um valor médio de crescimento de aproximadamente 13%, contudo, este valor é bastante díspar, na medida em que apresenta uma grande variação de resultados, evidenciado pelo desvio padrão de 48%.

Quanto ao Crescimento do Investimento em Ativos, é uma variável que também apresenta uma evolução média positiva, de 17%, porém a amplitude dos valores reportados pelas empresas não é muito acentuada, apresentando um desvio padrão de 12,4%, em conformidade com os estudos de Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015).

Por conseguinte, o Nível de Endividamento apresenta valores médios de 58,8% do ativo, demonstrando que, no período analisado, a grande maioria das empresas têm

elevados níveis de endividamento. Contudo, observando a variação dos resultados, esta indica que há uma grande discrepância entre eles, visto que o valor do desvio padrão é de 40,5%. Os resultados obtidos seguem a linha de resultados obtidos em estudos anteriores como Goncharov, (2009); R. Koubaa & Jarboui, (2015).

A variável representativa do Tamanho das empresas apresenta resultados semelhantes ao dos estudos de Comprix et al., (2011); Dias, (2015); R. Koubaa & Jarboui, (2015); Moore, (2012); Xian et al., (2015). Assim, esta apresenta um valor médio de 6,13, o que indica que, em média, o valor do ativo das empresas presentes no estudo é de 267500€.

Tal como a variável Rentabilidade, as variáveis Auditada e Auditada Big4, também são variáveis *dummy*. As variáveis apresentam valores médios de 0,26 e 0,01, respetivamente, indicando que apenas 26% das empresas do estudo são auditadas, e que apenas 1% das empresas são auditadas pelas Big4. Os resultados obtidos estão em concordância com Dias, (2017).

Passando agora para as variáveis de controlo, a Taxa Efetiva de Imposto apresenta um valor médio de 22,7%, sendo que o seu desvio padrão, ou seja, a amplitude de variação de valores é de 13,5%. Este valor do desvio padrão deriva dos seus valores máximos e mínimos serem relativamente próximos, tendo-se obtido como valor máximo 0,999 e mínimo 0.

Por último, a Liquidez apresenta um valor médio de 5,2. No entanto, a variação entre os valores é bastante acentuada, visto que o valor mínimo apresentado é de -1237, e o valor máximo é de 834. Os resultados apresentados estão em sintonia com Evers et al., (2014).

4.2. Análise da regressão linear

Através da Análise da Regressão Linear Múltipla, irá ser possível verificar a validade das Hipóteses de Investigação definidas no capítulo da Metodologia.

Considerando válidos todos os critérios necessários ao uso do Modelo de Regressão Linear, é possível generalizar e prever os resultados obtidos a uma população. Contudo, para que todas as variáveis possam ser incluídas no modelo de regressão linear múltipla, tem de existir uma baixa correlação, ou seja inferior a 0,5, entre elas. Tal, como é verificado na Tabela 3 do Capítulo 4 (Tabela 4.3.), é possível utilizar todas as variáveis simultaneamente.

Book-Tax Differences e os seus Determinantes

Tabela 4.3. - Matriz de Correlação de Pearson

Fonte: Elaboração Própria com base nos outputs provenientes do SPSS

*, **, *** estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1, 0.05 e 0.01, respetivamente

Matriz da correlação de Pearson

| | RENT | ΔVendas | ΔAFT | END | DIM | TEI | LIQ | AUD | AUDBIG4 |
|---------|----------|----------|----------|----------|----------|---------|----------|---------|---------|
| RENT | 1 | | | | | | | | |
| ΔVendas | 0,029** | 1 | | | | | | | |
| ΔAFT | 0,010** | 0,151** | 1 | | | | | | |
| END | -0,041** | 0,328** | 0,265** | 1 | | | | | |
| DIM | -0,070** | -0,060** | 0,040** | 0,007** | 1 | | | | |
| TEI | 0,000 | -0,029** | -0,017** | -0,076** | -0,036** | 1 | | | |
| LIQ | 0,014** | -0,055** | -0,026** | -0,201** | -0,085** | 0,003 | 1 | | |
| AUD | -0,014** | 0,068** | 0,016** | 0,082** | -0,048** | 0,036** | -0,012** | 1 | |
| AUDBIG4 | -0,002 | 0,000 | -0,006** | -0,002 | -0,020** | 0,112** | 0,009** | 0,174** | 1 |

Como todos os critérios são assumidos como válidos procede-se à análise dos resultados da Regressão Linear Múltipla.

Começando pela análise ANOVA, na Tabela 8, obteve-se um $F=321,873$ e $sig = 0 < 0,05$, concluindo-se que a Regressão Linear Múltipla sob análise é válida, e pelo menos uma das variáveis usadas é importante para explicar a variável dependente, como é evidenciado na Tabela 4 do Capítulo 4 (Tabela 4.4.).

Tabela 4.4. - Teste ANOVA

Fonte: SPSS

*, **, *** estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1, 0.05 e 0.01, respetivamente.

| ANOVA ^a | | | | | |
|--------------------|-----------|----------------|----|-----------------|-------------------|
| Model | | Soma de Médias | df | Média das Somas | Sig. |
| 1 | Regressão | 378,593 | 9 | 42,066 | ,000 ^b |

a. Dependent Variable: BTB

b. Predictors: (Constant), AUDBIG4, ΔVendas, RENT, LIQ, TEI, DIM, ΔAFT, AUD, END

É importante referir que segundo o R^2 , 22,7% da variância das BTB é explicada pelas variáveis do modelo. (Tabela 4.5.)

Tabela 4.5. - Resumo do Modelo de Regressão Linear Múltiplo

Fonte: SPSS

*, **, *** estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1, 0.05 e 0.01, respetivamente

| Model Summary ^b | | | | | |
|----------------------------|-------------------|----------|-------------------|----------------------------|---------------|
| Model | R | R Square | Adjusted R Square | Std. Error of the Estimate | Durbin-Watson |
| 1 | ,476 ^a | ,227 | ,227 | ,071714419799979 | 1,181 |

a. Predictors: (Constant), AUDBIG4, ΔVendas, RENT, LIQ, TEI, DIM, ΔAFT, AUD, END

b. Dependent Variable: BTB

É importante proceder à análise do T-Test, a fim de se entender as necessidades das variáveis no modelo, isto é, se são úteis e se devem ser mantidas no modelo. Assim,

analisando a Coluna “Sig” da Tabela 6 do Capítulo 4 (Tabela 4.6), é possível concluir que é possível concluir que todos os valores são inferiores 0,1, logo todas as variáveis são necessárias e devem ser mantidas no modelo.

Tabela 4.6. - Valor dos Coeficientes e Teste T das variáveis independentes

Fonte: Elaboração Própria com base nos outputs provenientes do SPSS

, **, * estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1, 0.05 e 0.01, respetivamente*

| <i>Coeficientes</i> | | | | | |
|---------------------|-----------------------------|------------|---------------------------|----------|-------|
| | Unstandardized Coefficients | | Standardized Coefficients | t | Sig. |
| | B | Std. Error | Beta | | |
| <i>(Constant)</i> | 0,044* | 0,002 | | 24,336 | 0,000 |
| <i>RENT</i> | -0,013* | 0,002 | -0,014 | -8,168 | 0,000 |
| <i>ΔVendas</i> | -0,022* | 0,000 | -0,129 | -68,886 | 0,000 |
| <i>ΔAFT</i> | -0,018* | 0,001 | -0,028 | -15,377 | 0,000 |
| <i>END</i> | 0,011* | 0,000 | 0,057 | 29,079 | 0,000 |
| <i>DIM</i> | -0,001* | 0,000 | -0,017 | -9,356 | 0,000 |
| <i>TEI</i> | -0,276* | 0,001 | -0,457 | -257,959 | 0,000 |
| <i>LIQ</i> | 0,000* | 0,000 | 0,028 | 15,631 | 0,000 |
| <i>AUD</i> | -0,004* | 0,000 | -0,021 | -11,865 | 0,000 |
| <i>AUDBIG4</i> | 0,003* | 0,001 | 0,003 | 1,877 | 0,061 |

Passando à análise dos coeficientes das variáveis, presente na coluna “Unstandardized Coefficients B” na tabela observa-se o impacto que cada variável independente, tem na variável dependente *BTD*.

Assim, começando pela variável Rentabilidade (*RENT*) é possível verificar que esta variável tem uma influência negativa nas *BTD*, pois a regressão linear apresenta um coeficiente negativo para a mesma, com o valor de -0,013. Podendo concluir-se que quanto maior for a rentabilidade das empresas, menor será o valor das *BTD*, havendo uma relação inversa entre ambas. Os resultados obtidos estão equiparados aos apresentados por Manzon, Jr. & Plesko, (2002); Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015). Logo, a primeira hipótese de investigação não se encontra validada.

Ao contrário do que era expetável, por estudos apresentados (Green & Plesko, 2016; R. Koubaa & Jarboui, 2015; Manzon, Jr. & Plesko, 2002; Tang & Firth, 2011; Xian et al., 2015) o coeficiente do Crescimento das Vendas também se encontra negativo, com o valor de -0,022. Perante tal evidencia, conclui-se que, quanto maior for o valor das *BTD*, menor será o valor do crescimento das vendas. Tais resultados não permitem validar a *H2*, visto que a relação existente entre as variáveis é negativa.

A variável, que mede o impacto do Crescimento do Investimento em Ativos na variável dependente, apresenta um coeficiente negativo, como valor de -0,018, portanto, é de esperar que à medida que esta variável aumenta, diminuirá o valor das *BTD* das

empresas. A Hipótese de Investigação formulada, defendia a existência de uma relação positiva entre as variáveis, devido essencialmente, ao diferente método de amortização e depreciação dos ativos, consoante o normativo contabilístico ou fiscal, utilizado. Porém, este coeficiente pode ser justificado por algumas perdas de imparidade, que podem contribuir para BTB negativas. Bem como, a depreciação fiscal ser mais lenta que a contabilística, também pode justificar esta relação, visto que, no início das depreciações o lucro tributável é substancialmente maior que o lucro contabilístico, e essa diferença vai diminuindo à medida que as depreciações fiscais se materializam (Green & Plesko, 2016; Moore, 2012; Tang & Firth, 2011). Logo, segundo as evidências científicas apresentadas, não é possível validar H3.

O Nível de Endividamento, presente na quarta hipótese de investigação, apresenta um coeficiente positivo, com o valor de 0,011. Sendo deste modo possível validar H4, na medida em que este resultado corrobora esta hipótese de investigação, e vai ao encontro dos resultados obtidos por autores como Frank et al., (2009); R. Koubaa & Jarboui, (2015); Xian et al., (2015). Logo, quanto maior for o nível de endividamento de uma empresa, maior será o valor das BTB da mesma. Como foi referido anteriormente, existem diversos fatores que contribuem para esta relação positiva, contudo, os que mais se destacam são a não dedutibilidade fiscal de certos gastos financeiros, e também as práticas de gestão de resultados, que são mais suscetíveis e apetecíveis de utilizar, perante empresas com elevados níveis de endividamento.

Quanto à variável Tamanho das empresas, o resultado coeficiente obtido é negativo, sendo o seu valor -0,001. Como foi possível verificar anteriormente, a temática desta variável é alvo de grande incoerência, visto que existem inúmeros testes, com resultados diferentes. Deste modo, não é possível validar a H5, já que a relação apresentada entre as variáveis é negativa, indo ao encontro dos estudos corroborados por Moore, (2012). Esta evidência pode ser justificada pelo facto, das empresas de maior dimensão estarem sujeitas a maior regulamentação por parte de determinadas entidades, e serem alvo de um maior controlo de auditoria, que não lhes permite praticar atos de planeamento fiscal e gestão de resultados com tanta facilidade.

Como foi mencionado previamente, a variável Auditada surge como um reforço da variável dimensão das empresas, sendo um complemento da mesma. Logo, H6 também seria de esperar a existência de uma relação positiva, contudo, o coeficiente obtido é negativo (-0,004), tal como acontece com a variável tamanho das empresas. Deste modo, com o resultado exposto não é possível validar a hipótese de investigação desta variável.

A hipótese de investigação número 7, a qual retratava a relação entre a variação das BTB e a variável AUDBIG4, encontra-se validada, visto que, apresenta um coeficiente positivo de 0,003 corroborando Dias, (2017).

Por último, as variáveis de controlo apresentam resultados diferentes. Por um lado, a Taxa Efetiva de Imposto apresenta um coeficiente negativo, ou seja, quanto maior for a TEI menor será o valor das BTB, contrariamente aos estudos de Manzon, Jr. & Plesko, (2002); Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015). E a variável representada pela Liquidez apresenta evidências que esta variável não influencia o valor das BTB, visto apresentar coeficiente 0, contrariando Evers et al., (2014), que defende que a relação entre estas variáveis é negativa.

4.3 Testes de robustez

É também importante testar o modelo, realizando a análise com base nos valores absolutos das BTB. Com este tipo de análise exclui-se a hipótese de as empresas reportarem valores positivos ou negativos para as BTB, fazendo com que não seja possível verificar se o resultado fiscal é superior ao contabilístico, e vice-versa. Através desta análise é possível analisar o nível das BTB.

4.3.1. Análise da regressão linear

Para ser válido o uso do Modelo de Regressão Linear, é necessário que estejam validados todos os pressupostos subjacentes à sua utilização. Verificando-se a validade dos mesmos, é possível generalizar e prever os resultados obtidos a uma população.

Tabela 4.7. - Tabela dos coeficientes e dos T-Test das variáveis independentes

Fonte: Elaboração própria com base nos outputs provenientes do SPSS

, **, * estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1, 0,05 e 0,01, respetivamente*

Coefficients

| | Unstandardized Coefficients | | Standardized Coefficients | t | Sig. |
|------------|-----------------------------|------------|---------------------------|---------|-------|
| | B | Std. Error | Beta | | |
| (Constant) | 0,041** | 0,002 | | 24,278 | 0,000 |
| RENT | 0,005** | 0,001 | 0,006 | 3,007 | 0,003 |
| ΔVendas | 0,036** | 0,000 | 0,241 | 121,914 | 0,000 |
| ΔAFT | 0,020** | 0,001 | 0,034 | 17,568 | 0,000 |
| END | -0,002** | 0,000 | -0,009 | -4,258 | 0,000 |
| DIM | -0,005** | 0,000 | -0,098 | -52,231 | 0,000 |
| TEI | 0,130** | 0,001 | 0,243 | 129,725 | 0,000 |
| LIQ | -2,011E-5** | 0,000 | -0,004 | -2,220 | 0,026 |
| AUD | 0,008** | 0,000 | 0,050 | 26,582 | 0,000 |
| AUDBIG4 | 0,006** | 0,001 | 0,009 | 4,757 | 0,000 |

Passando à análise dos coeficientes das variáveis, presente na coluna “Unstandardized Coefficients B” na tabela 7 do Capítulo 4 (Tabela 4.7.) observa-se o impacto que cada variável independente, tem na variável dependente BTB.

Iniciando a análise pela variável Rentabilidade é possível verificar que esta variável apresenta um coeficiente positivo nas BTB, com o valor de 0,05. Os resultados obtidos vão ao encontro dos resultados apresentados por Fonseca & Costa, (2017); Green & Plesko, (2016); R. Koubaa & Jarboui, (2015). Deste modo, a relação existente é que quanto maior for a rentabilidade das empresas, maior será o valor das BTB. O resultado obtido é contraditório em relação à análise com os valores reais.

Assim como era esperado, pelos estudos apresentados por Green & Plesko, (2016); R. Koubaa & Jarboui, (2015); Manzon, Jr. & Plesko, (2002); Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015) o coeficiente do Crescimento das Vendas evidencia uma relação positiva, com o valor de 0,036, contrariando os resultados do modelo elaborado anteriormente. Resultante desta relação, é possível concluir que, quanto maior for o valor das BTB, maior será o valor do crescimento das vendas.

O Crescimento do Investimento em Ativos, apresenta uma influência positiva na variável dependente, verificado pelo sinal do seu coeficiente, com o valor de 0,020. Logo, é de esperar que à medida que esta variável aumenta, aumentará também o valor das BTB das empresas. Segundo R. Koubaa & Jarboui, (2015); Manzon, Jr. & Plesko, (2002); Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015), a existência de uma relação positiva entre as variáveis era explicada, pela utilização dos diferentes métodos de amortização e depreciação dos ativos contabilísticos e fiscais. Esta variável também apresenta um resultado contraditório ao obtido no modelo anterior.

A variável que mede o impacto Nível de Endividamento nas BTB apresenta um coeficiente negativo, com o valor de -0,002. Evidenciando as diferenças de relação existente entre uma análise com valores reais ou absolutos, contrariando a relação defendida por Frank et al., (2009); R. Koubaa & Jarboui, (2015); Xian et al., (2015), pois quanto maior for o nível de endividamento de uma empresa, menor será o valor das BTB da mesma.

Quanto à variável Tamanho das empresas, o resultado coeficiente obtido é negativo, sendo o seu valor -0,005. Os resultados segundo este modelo estão em concordância com os resultados do modelo anterior, evidenciando que, independentemente da análise

realizada com valores absolutos ou reais, a relação desta variável com as BTB é sempre negativa, corroborando as evidências defendidas por Moore, (2012).

A variável das empresas Auditadas no modelo anterior apresentou uma relação negativa. Porém, as evidências de estudos anteriores de Dias, (2017), indicavam que a relação esperada seria positiva. Na análise com os valores absolutos, esta ideia é validada, pois o coeficiente apurado tem o valor de 0,008, sendo de esperar que se uma empresa for auditada, o valor das BTB reportadas aumente.

A seguinte variável, Auditada BIG4, apresenta um coeficiente positivo, 0,006 indo ao encontro do estudo realizado por Dias, (2017), e indo ao encontro dos resultados obtidos no modelo precedente. Ou seja, espera-se que se uma empresa for auditada por uma BIG4, o valor das BTB irá aumentar.

Quanto às variáveis de controlo, estas apresentam resultados diferentes, mas em concordância com os estudos realizados por Manzon, Jr. & Plesko, (2002); Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015), quanto à TEI, e Evers et al., (2014) quanto à Liquidez. Por um lado, a Taxa Efetiva de Imposto apresenta um coeficiente positivo, 0,13 contrariando o modelo anterior. E a Liquidez influencia negativamente o valor das BTB, visto apresentar como coeficiente -2,011E-5, contrariando também o modelo antecedente.

Em suma, com o modelo realizado foi possível verificar que apenas a variável Tamanho da Empresa e Auditada BIG4 mantiveram o coeficiente, havendo resultados contraditórios nas variáveis Rentabilidade, Crescimento das Vendas, Crescimento do Investimento em Ativos, Nível de Endividamento, Auditada, Taxa Efetiva de Imposto e Liquidez. Deste modo, as evidências recolhidas coincidem com as conclusões de Kvaal & Nobes, (2013) que indica que o sinal dos coeficientes das variáveis independentes varia, consoante a análise fosse realizada com valores reais ou valores absolutos.

De forma a diversificar, melhorar e complementar os resultados anteriores obtidos no presente estudo, procedeu-se a mais uma análise através de um novo teste de Regressão Linear. Analisou-se o impacto das restantes variáveis independentes, tendo em conta, se se tratava de empresas rentáveis ou não rentáveis. Assim analisou-se separadamente todas as empresas que possuíam $Rent = 1$ e, posteriormente, todas as empresas que possuíam $Rent = 0$. Assim, agrupando os resultados de ambas as análises, obteve-se a tabela 8 do Capítulo 4 (Tabela 4.8.):

Tabela 4.8. - T-Test das variáveis independentes, no conjunto de empresas rentáveis ou não rentáveis

Fonte: Elaboração própria com base nos outputs provenientes do SPSS

, **, * estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1, 0,05 e 0,01, respetivamente*

Book-Tax Differences e os seus Determinantes

| T-Test | Empresas Rentáveis (=1) | | Empresas não Rentáveis (=0) | |
|-----------------|-------------------------|-------|-----------------------------|-------|
| | t | Sig | t | Sig |
| (Constant) | 65,022* | 0,000 | 4,144* | 0,000 |
| Δ Vendas | 122,347* | 0,000 | -0,296* | 0,767 |
| Δ AFT | 17,661* | 0,000 | -0,221* | 0,825 |
| END | -5,217* | 0,000 | 12,780* | 0,000 |
| DIM | -52,121* | 0,000 | -3,764* | 0,000 |
| TEI | 130,519* | 0,000 | 3,658* | 0,000 |
| LIQ | -2,281* | 0,023 | -0,915* | 0,360 |
| AUD | 26,550* | 0,000 | -0,925* | 0,355 |
| AUDBIG4 | 4,589* | 0,000 | 1,939* | 0,053 |

Fazendo em primeiro lugar a análise através do T-Test, a fim de se entender a necessidade das variáveis no modelo, é evidenciado que quando se trata das empresas que são rentáveis, todas as variáveis são necessárias no modelo. Contudo, quando se analisa as empresas que não são rentáveis, são várias as variáveis que seriam retiradas do modelo, nomeadamente, as Vendas, o Crescimento do Investimento em Ativos, Auditada e a Liquidez, visto que todos apresentam um sig superior a 0,1.

Passando à análise dos coeficientes, é possível de constatar que existem diferenças nas análises a Empresas Rentáveis e a Empresas não Rentáveis, como é observável na Tabela 9 do Capítulo 4 (tabela 4.9.).

Tabela 4.9. - Tabela dos Coeficientes das variáveis independentes, no grupo das empresas rentáveis ou não rentáveis.

Fonte: Elaboração Própria com base nos outputs provenientes do SPSS

*, **, *** estatisticamente significativo para um nível de significância de 0,1, 0.05 e 0.01, respetivamente

| Coeficientes | Empresas Rentáveis (=1) | Empresas não Rentáveis (=0) |
|-----------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | Unstandardized Coefficients B | Unstandardized Coefficients B |
| (Constant) | 0,045 | 0,026 |
| Δ Vendas | 0,037 | -0,001 |
| Δ AFT | 0,020 | -0,002 |
| END | -0,002 | 0,033 |

Book-Tax Differences e os seus Determinantes

| | | |
|---------------------------|-----------|-----------|
| <i>DIM</i> | -0,005 | -0,003 |
| <i>TEI</i> | 0,132 | 0,020 |
| <i>LIQ</i> | -2,075E-5 | -8,690E-5 |
| <i>AUD</i> | 0,008 | -0,002 |
| <i>AUDBIG4</i> | 0,006 | 0,020 |
| <i>R²</i> | 13,8% | 10,2% |
| <i>Número de Empresas</i> | 249.091 | 2.044 |

Iniciando a análise pelo R^2 , é observável que este é mais elevado nas empresas Rentáveis, sendo igual a 13,8%, enquanto que nas empresas não rentáveis se situa nos 10,2%. Ou seja, no primeiro caso, as variáveis independentes, têm maior influência na variável dependente, do que as variáveis das empresas não rentáveis. Deste modo, é possível concluir, que nas empresas não rentáveis o resultado fiscal é diferente do contabilístico, devido a outros fatores e não apenas aos estudados, enquanto que nas empresas rentáveis essa diferença deve-se mais aos fatores analisados do que a fatores externos.

Passando à análise dos coeficientes, observa-se que estes variam conforme o tipo de rentabilidade da empresa. As diferenças nos coeficientes devem-se maioritariamente às variáveis, Crescimento das Vendas, Crescimento do Investimento em Ativos, Nível de Endividamento e Auditada, pois, todas estas variáveis apresentam sinais contraditórios em ambas as análises. Contudo, as variáveis Crescimento das Vendas, Crescimento do Investimento em Ativos, Auditada e Liquidez não são necessárias no modelo das empresas não rentáveis, existindo assim, uma contradição nos modelos. Sendo a variável Nível de Endividamento, a única necessária que apresenta sinal positivo numa análise, e negativo na outra. Esta contradição dos resultados obtidos é a evidência de que a rentabilidade das empresas influencia as BTd, visto que, empresas com maiores níveis de rentabilidade tenham maior capacidade de gerir resultados, com o intuito de pagar o menor valor possível de impostos. Por outro lado, as empresas com menor capacidade de gerar rendimento, tendem a transparecer uma melhor imagem financeira do que a que realmente apresentam, esta imagem é facilmente adulterada através das práticas de gestão de resultados, realizadas pelas empresas para seu próprio benefício.

Continuando com a análise aos coeficientes, mas os que permanecem com o mesmo sinal em ambas as análises, é necessário entender o peso que têm em cada uma. Ou seja, as variáveis Tamanho da Empresa, TEI e AUDBIG4, possuem a mesma influência em ambas as análises. A variável TEI, apesar de positiva em ambos, possui um coeficiente mais elevado nas empresas rentáveis, contribuindo assim, para uma relação superior com as BTB, do que nas empresas não rentáveis. A dimensão, apesar de ter uma influência negativa em ambas, também apresenta uma relação mais forte com as BTB neste tipo de empresas, do que nas empresas não rentáveis. Contrariamente às duas variáveis anteriores, a variável AUDBIG4, apresenta um coeficiente positivo mais elevado nas empresas não rentáveis. No entanto, as conclusões obtidas, podem não ser totalmente fidedignas, visto que não existe equilíbrio entre as quantidades da amostra deste teste, na medida em que a maioria da amostra é constituída por empresas com rentabilidade positiva, podendo resultar num enviesamento dos resultados obtidos.

Em suma, através da realização dos testes de robustez é possível aferir conclusões suplementares às obtidas no modelo de regressão linear. Através da diferenciação das BTB, entre valores reais e absolutos, tornou-se evidente que o tipo de BTB tem uma influência significativa no relacionamento da mesma com os seus determinantes. Por último, também a diferenciação da amostra, consoante o nível de rentabilidade das empresas demonstra que é um fator diferenciador entre as BTB e os seus determinantes. Ambas as conclusões são evidenciadas pela diferença de intensidade e dos sinais apresentados pelos coeficientes, nos diferentes modelos apresentados.

5. CONCLUSÃO

5.1. Principais conclusões

O principal objetivo do presente estudo é aferir quais são os principais determinantes das BTD, entre o período de 2014 e 2018, nas empresas privadas portuguesas. Deste modo, foram definidas, segundo a Revisão de Literatura, inúmeras variáveis de estudo, entre as quais, a Rentabilidade, o Crescimento de Vendas, o Crescimento do Investimento em Ativos, o Nível de Endividamento, o Tamanho da Empresa, Auditada e Auditada BIG4. Porém, também foram incluídas neste estudo as variáveis Taxa Efetiva de Imposto e a Liquidez, como variáveis de controlo.

A base de dados utilizada para recolher e testar a informação sobre as empresas privadas portuguesas foi a Bureau van Dijk's Amadeus, facultada pelo ISCTE-IUL. Assim, a amostra inicial do estudo foi representada por 188 775 empresas. De seguida, foram excluídas da amostra todas as empresas do setor público e do setor financeiro e de seguros; também as variáveis com valores considerados *outliers*; as empresas da Região Autónoma do Açores e da Região Autónoma da Madeira e; por último, foram eliminadas as empresas, cujo valor final da variável taxa efetiva de imposto, fosse superior a 100% ou negativo. Segundo este processo, a amostra final situou-se nas 50 227 empresas, perfazendo um total de 251135 observações.

Verificada a análise ao modelo empírico realizado é possível concluir que, a variável de controlo, Liquidez, não apresenta uma influência significativa nas BTD. Analisando, detalhadamente, os resultados das variáveis, foi verificada uma relação positiva entre as BTD e o Nível de Endividamento indo ao encontro de Frank et al., (2009); R. Koubaa & Jarboui, (2015); Xian et al., (2015)) e também com as Auditadas BIG4 (Dias, 2017). Quanto à existência de relação negativa, existe evidencia científica nas seguintes variáveis, Rentabilidade de acordo com Manzon, Jr. & Plesko, (2002); Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015), Crescimento das Vendas contradizendo Green & Plesko, (2016); R. Koubaa & Jarboui, (2015); Manzon, Jr. & Plesko, (2002); Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015), Crescimento do Investimento em Ativos corroborando Green & Plesko, (2016); Moore, (2012), Tamanho das Empresas sustentando Moore, (2012), Auditada (contestando estudos anteriores) e a Taxa Efetiva de Imposto contrariando Manzon, Jr. & Plesko, (2002); Tang & Firth, (2011); Xian et al., (2015). Assim,

apresenta-se abaixo a tabela 1 do Capítulo 5, sintetizando a validação das hipóteses de investigação.

Tabela 5.1.- Quadro síntese da Validação das Hipóteses
Fonte: Elaboração Própria

| <i>Hipótese de investigação</i> | Não Rejeitada | Rejeitada |
|---------------------------------|----------------------|------------------|
| <i>H1 - RENT</i> | | X |
| <i>H2 - ΔVendas</i> | | X |
| <i>H3 - ΔAFT</i> | | X |
| <i>H4 - END</i> | X | |
| <i>H5 - DIM</i> | | X |
| <i>H6 - AUD</i> | | X |
| <i>H7 - AUDBIG4</i> | X | |

Foram ainda realizados testes de robustez, nomeadamente, com base nos valores absolutos das BTB, e também consoante a Rentabilidade das empresas. Concluindo-se que estas matérias influenciam, quer a intensidade, quer o sinal, da relação existente entre as BTB e os, respetivos, determinantes.

O presente estudo contribuí para a literatura, visto que alterando o período analisado, existem sempre novos dados recolhidos, logo as conclusões obtidas serão diferenciadas, permitindo analisar essas diferentes conclusões como compará-las. Também o facto, de vulgarmente serem encontrados resultados contraditórios nesta temática, indica que são cada vez mais necessários novos estudos acerca deste tema.

5.2. Limitações do estudo

Quanto às limitações do estudo, a principal limitação deve-se à utilização de estimativas nos cálculos utilizados. Visto que o Lucro Contabilístico é divulgado nas Demonstrações Financeiras, contrariamente ao que acontece com o Lucro Tributável. Assim, é necessário recorrer a estimativas para calcular o valor desta variável, apesar de existirem diferentes fórmulas de cálculo, e de todas apresentarem grande viabilidade, existe sempre um grau de incerteza quanto ao valor estimado.

5.3. Sugestões de investigação futuras

Face ao panorama atual, é inevitável não centrar estudos e possíveis conclusões, relativamente, à pandemia de Covid-19. Deste modo, sugere-se uma análise pré e pós Covid, nas empresas portuguesas, onde seja possível aferir se existem evidências

científicas na relação das BTB e os seus determinantes, e inclusive, se o Covid pode ser considerado um determinante, nesse período, das BTB. Porém, visto que a pandemia teve uma escala global e não só nacional, seria possível abranger este estudo aos diferentes continentes, ou às diferentes comunidades comerciais, avaliam se esta influenciou as BTB destes países ou comunidades, e comprando-as entre elas. Este tipo de análises comparativas permite averiguar se existem diferenças ao nível das BTB, de cada uma das empresas, e dos países onde estão localizadas, e se os determinantes e resultados se alteram, consoante a sua localização.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdul Wahab, N. S., & Holland, K. (2015). The persistence of book-tax differences. *British Accounting Review*, 47(4), 339–350. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2014.06.002>
- Abdul Wahab, N. S., Ntim, C. G., Mohd Adnan, M. M., & Tye, W. L. (2018). Top management team heterogeneity, governance changes and book-tax differences. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 32(July), 30–46. <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2018.07.002>
- Atwood, T. J., Drake, M. S., Myers, J. N., & Myers, L. A. (2012). Home Country Tax System Characteristics and Corporate Tax Avoidance: International Evidence. *The Accounting Review*, 87(6), 1831–1860. <https://doi.org/10.2308/accr-50222>
- Atwood, T. J., Drake, M. S., & Myers, L. A. (2010). Book-tax conformity, earnings persistence and the association between earnings and future cash flows. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 111–125. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.11.001>
- Ayers, B. C., Laplante, S. K., & McGuire, S. T. (2010). Credit ratings and taxes: The effect of book-tax differences on ratings changes. *Contemporary Accounting Research*, 27(2), 359–402. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2010.01011.x>
- Bessa, A. (2016). *A taxa efetiva de imposto e a reforma de IRC de 2013*. ISCTE Business School.
- Blaylock, B., Gaertner, F., & Shevlin, T. (2015). The association between book-tax conformity and earnings management. *Review of Accounting Studies*, 20(1), 141–172. <https://doi.org/10.1007/s11142-014-9291-x>
- Blaylock, B., Shevlin, T., & Wilson, R. J. (2012). Tax avoidance, large positive temporary book-tax differences, and earnings persistence. *Accounting Review*, Vol. 87, pp. 91–120. <https://doi.org/10.2308/accr-10158>
- Braga, R. N. (2017). Effects of IFRS adoption on tax avoidance. *Revista Contabilidade e Finanças*, 28(75), 407–424. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201704680>
- Chan, K. H., Lin, K. Z., & Tang, F. (2013). Tax effects of book-tax conformity, financial reporting incentives, and firm size. *Journal of International Accounting Research*, 12(2), 1–25. <https://doi.org/10.2308/jiar-50404>
- Chan, K. H., Lin Kenny Z., K. Z., & Mo, P. L. L. (2010). Will a departure from tax-based accounting encourage tax noncompliance? Archival evidence from a transition economy. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 58–73. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.02.001>
- Chen, E., & Gavigous, I. (2017). The roles of book-tax conformity and tax enforcement in regulating tax reporting behaviour following International Financial Reporting Standards adoption. *Accounting and Finance*, 57(3), 681–699. <https://doi.org/10.1111/acfi.12172>
- Chi, S. S., Pincus, M., & Teoh, S. H. (2014). Mispricing of book-tax differences and the trading behavior of short sellers and insiders. *Accounting Review*, 89(2), 1–51. <https://doi.org/10.2308/accr-50644>
- Comprix, J., Graham, R. C., & Moore, J. A. (2010). Empirical Evidence on the Impact of Book-Tax Differences on Divergence of Opinion among Investors. *Journal of the American Taxation Association*, 33(1), 1–41. <https://doi.org/10.2308/jata.2011.33.1.51>
- Comprix, J., Graham, R. C., & Moore, J. A. (2011). Empirical evidence on the impact of book-tax differences on divergence of opinion among investors. *Journal of the American Taxation Association*, 33(1), 51–78.

- <https://doi.org/10.2308/jata.2011.33.1.51>
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª ed). Coimbra: Almedina.
- Desai, A. (2003). *The Divergence between Book Income and Tax Income*. Harvard Business School.
- Desai, M. A. (2005). The degradation of reported corporate profits. *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 19, pp. 171–192.
<https://doi.org/10.1257/089533005775196705>
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2004). CORPORATE TAX AVOIDANCE AND HIGH POWERED INCENTIVES. In *NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH* (Vol. 10471). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2006). Corporate Tax Avoidance and High Powered Incentives. *NBER*, Vol. 10471. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Dhaliwal, D. S., Huber, R. E., Lee, H. S. “Grace,” & Pincus, M. P. K. (2011a). Book-Tax Differences, Uncertainty about Fundamentals and Information Quality, and Cost of Capital. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1127956>
- Dhaliwal, D. S., Huber, R. E., Lee, H. S. “Grace,” & Pincus, M. P. K. (2011b). Book-Tax Differences, Uncertainty about Fundamentals and Information Quality, and Cost of Capital. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1127956>
- Dias, P. (2015). *As diferenças entre o resultado contabilístico e o fiscal e a gestão: evidência empírica de empresas privadas portuguesas*. ISCTE BUSINESS SCHOOL.
- Dias, P. (2017). *O efeito da auditoria nas correções fiscais*.
<https://doi.org/10.23919/CISTI.2017.7976064>
- Donohoe, M. P., & McGill, G. A. (2011). The effects of increased book-tax difference tax return disclosures on firm valuation and behavior. *Journal of the American Taxation Association*, 33(2), 35–65. <https://doi.org/10.2308/atax-10056>
- Dridi, W., & Adel, B. (2016). Book-Tax differences and the persistence of earning and accruals: turisian evidence. *Economics*. <https://doi.org/10.5539/a55.v12n6p193>
- Evers, M. T., Finke, K., Matenaer, S., Meier, I., & Zinn, B. (2014). Evidence on Book-Tax Differences and Disclosure Quality Based on the Notes to the Financial Statements. *SSRN Electronic Journal*, 14. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2475909>
- Fonseca, K. B. C., & Costa, P. S. (2017). Fatores determinantes das book-tax differences. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(29), 17.
<https://doi.org/10.11606/rco.v11i29.122331>
- Frank, M. M., Lynch, L. J., & Rego, S. O. (2009a). Tax reporting aggressiveness and its relation to aggressive financial reporting. *Accounting Review*, 84(2), 467–496.
<https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.2.467>
- Frank, M. M., Lynch, L. J., & Rego, S. O. (2009b). Tax Reporting Aggressiveness and its Relation to Aggressive Financial Reporting. *The Accounting Review*, 84(2), 467–496. <https://doi.org/https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.2.467>
- Gaertner, F. B., Laplante, S. K., & Lynch, D. P. (2016). Trends in the sources of permanent and temporary book-tax differences during the schedule M-3 era. *National Tax Journal*, 69(4), 785–808. <https://doi.org/10.17310/ntj.2016.4.03>
- Goncharov, I. (2009). *Does Reporting Timeliness Affect Book-Tax Differences ? Does Reporting Timeliness Affect Book-Tax Differences ?* 31(April).
- Gong, M., Wang, S., Gao, J., & Sun, W. (2016). The literature review of book-Tax difference. *13th International Conference on Service Systems and Service Management, ICSSSM 2016*, 1–4. <https://doi.org/10.1109/ICSSSM.2016.7538514>
- Green, D. H., & Plesko, G. A. (2016). The relation between book and taxable income

- since the introduction of the schedule M-3. *National Tax Journal*, 69(4), 763–784. <https://doi.org/10.17310/ntj.2016.4.02>
- Hanlon, M. (2005). The persistence and pricing of earnings, accruals, and cash flows when firms have large book-tax differences. *Accounting Review*, Vol. 80, pp. 137–166. <https://doi.org/10.2308/accr.2005.80.1.137>
- Hanlon, M., Krishnan, G. V., & Mills, L. F. (2012). Audit Fees and Book-Tax Differences. *The Journal of the American Taxation Association*, 34(1), 55–86. <https://doi.org/https://doi.org/10.2308/atax-10184>
- Heltzer, W., & Shelton, S. W. (2011). The book-tax divide: Perceptions from the field. *Research in Accounting Regulation*, 23(2), 130–137. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2011.06.002>
- Huang, D. F., & Chang, M. L. (2016). Do auditor-provided tax services improve the relation between tax-related internal control and book-tax differences? *Asia-Pacific Journal of Accounting and Economics*, 23(2), 177–199. <https://doi.org/10.1080/16081625.2014.1003570>
- Huang, D. F., & Wang, C. L. (2013). Book-tax differences and earnings quality for the banking industry: evidence from Taiwan. *Pacific Accounting Review*, 25(2), 145–164. <https://doi.org/10.1108/PAR-12-2011-0052>
- Jackson, M. (2015). Book-Tax Differences and Future Earnings Changes. *The Journal of the American Taxation Association*, 37(2), 49–73. <https://doi.org/10.2308/atax-51164>
- Jiménez-Angueira, C. E. (2018). The effect of the interplay between corporate governance and external monitoring regimes on firms' tax avoidance. *Advances in Accounting*, 41(March), 7–24. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2018.02.004>
- Jiraskova, S. (2015). The Relationship between Tax and Book Income after Adoption IFRS in the Czech Republic in Comparison with Other European Countries. *Journal of Economics, Business and Management*, 3(12), 1180–1184. <https://doi.org/10.7763/joebm.2015.v3.355>
- Kager, R., & Niemann, R. (2013). Income determination for corporate tax purposes using IFRS as a starting point: evidence for listed companies within Austria, Germany, and The Netherlands. *Journal of Business Economics*, 83(5), 437–470. <https://doi.org/10.1007/s11573-013-0661-9>
- Kim, J., & Im, C. (2017). Study on corporate social responsibility (CSR): Focus on tax avoidance and financial ratio analysis. *Sustainability (Switzerland)*, 9(10), 1–15. <https://doi.org/10.3390/su9101710>
- Koubaa, R., & Jarboui, A. (2015). Book-tax differences: relevant explanatory factors. *International Journal of Accounting and Economics Studies*, 3(2), 95. <https://doi.org/10.14419/ijaes.v3i2.4717>
- Koubaa, R. R., & Jarboui, A. (2015). Book-tax differences: relevant explanatory factors. *International Journal of Accounting and Economics Studies*, 3(2), 95. <https://doi.org/10.14419/ijaes.v3i2.4717>
- Koubaa, R. R., & Jarboui, A. (2017). Normal, abnormal book-tax differences and accounting conservatism. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*, 13(1), 113–142. <https://doi.org/10.21315/aamjaf2017.13.1.5>
- Kuo, N. T., & Lee, C. F. (2016). A potential benefit of increasing book–tax conformity: evidence from the reduction in audit fees. In *Review of Accounting Studies* (Vol. 21). <https://doi.org/10.1007/s11142-016-9367-x>
- Kvaal, E., & Nobes, C. (2013). The Development of Book-Tax Differences in Seven Major Countries. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2391780>
- Lamas, D. (2012). *Metodologias de Investigação Científica: Metodologias e métodos de*

- investigação*. Lisboa.
- Lee, B. B., Vetter, W., & Williams, M. (2015). Book-Tax Income Differences and Major Determining Factors. *Accounting and Finance Research*, 4(3), 55–65. <https://doi.org/10.5430/afr.v4n3p55>
- Long, Y., Ye, K., & Lv, M. (2013). Non-institutional Determinants of Book-Tax Differences : Evidence from China. *Journal of Accounting and Finance*, 13(3), 146–153.
- Major, M. J. (2017). Editorial: Positivism and “alternative” accounting research. *Revista Contabilidade e Finanças*, 28(74), 173–178. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201790190>
- Manzon, Jr., G. B., & Plesko, G. A. (2002). The Relation Between Financial and Tax Reporting Measures of Income. *SSRN Electronic Journal*, (May). <https://doi.org/10.2139/ssrn.264112>
- Marques, A. V. C., De Souza Costa, P., & Silva, P. R. (2016). Relevância do Conteúdo Informacional das Book-Tax Differences para Previsão de Resultados Futuros: Evidências de Países-Membros da América Latina. *Revista Contabilidade e Finanças*, 27(70), 29–42. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501570>
- Mills, L. F., & Newberry, K. J. (2001). The Influence of Tax and Nontax Costs on Book-Tax Reporting Differences: Public and Private Firms. *Journal of the American Taxation Association*, 23(1), 1–19. <https://doi.org/10.2308/jata.2001.23.1.1>
- Moore, J. A. (2012). Empirical evidence on the impact of external monitoring on book-tax differences. *Advances in Accounting*, 28(2), 254–269. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2012.06.002>
- Moore, J. A., & Xu, L. (2018). Book-tax differences and costs of private debt. *Advances in Accounting*, 42(April), 70–82. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2018.07.001>
- Oh, H., Park, S., & Hong, S. (2016). The Association Between Book-Tax Differences And Audit Quality: Evidence From Korea. *The Journal of Applied Business Research*, 32(4), 1097–1115.
- Pereira, M. (2013). O impacto da relação entre a contabilidade e a fiscalidade nas demonstrações financeiras. *XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria*. Retrieved from <http://www.infocontab.com.pt/download/revinfocontab/2007/16/205.pdf>
- Poterba, J. M., Rao, N. S., & Seidman, J. K. (2011). Deferred tax positions and incentives for corporate behavior around corporate tax changes. *National Tax Journal*, 64(1), 27–58. <https://doi.org/10.17310/ntj.2011.1.02>
- Rachmawati, N. A., & Martani, D. (2017). Book-tax conformity level on the relationship between tax reporting aggressiveness and financial reporting aggressiveness. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(4), 86–101. <https://doi.org/10.14453/aabfj.v11i4.7>
- Ryan, B., Scapens, R. W., & Theobald, M. (2002). Research Method and Methodology in Finance and Accounting. *Second Edition*.
- Seidman, J. K. (2010). Interpreting the Book-Tax Income Gap as Earnings Management or Tax Sheltering. *SSRN Electronic Journal*, (March). <https://doi.org/10.2139/ssrn.1564253>
- Seidman, J. K. (2012). Interpreting the Book-Tax Income Gap as Earnings Management or Tax Sheltering. *SSRN Electronic Journal*, (March). <https://doi.org/10.2139/ssrn.1564253>
- Serrasqueiro, R. (2017). *Paradigmas de Investigação*. Lisboa.
- Sundvik, D. (2017a). Book-tax conformity and earnings management in response to tax

- rate cuts. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 28, 31–42. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2016.12.003>
- Sundvik, D. (2017b). Book-tax conformity and earnings management in response to tax rate cuts. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 28, 31–42. <https://doi.org/10.1016/j.intaccaudtax.2016.12.003>
- Tang, T., & Firth, M. (2011a). Can book-tax differences capture earnings management and tax Management? Empirical evidence from China. *International Journal of Accounting*, 46(2), 175–204. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2011.04.005>
- Tang, T., & Firth, M. (2011b). Can book–tax differences capture earnings management and tax Management? Empirical evidence from China. *The International Journal of Accounting*, 46(2), 175–204. <https://doi.org/10.1016/j.intacc.2011.04.005>
- Vieira, R. (2009). Paradigmas Teóricos de Investigação em Contabilidade. In *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática* (pp. 9–34). Escolar Editora.
- Watrin, C., Ebert, N., & Thomsen, M. (2014). Book-tax conformity and earnings management: Insights from european oneand two-book systems. *Journal of the American Taxation Association*, 36(2), 55–89. <https://doi.org/10.2308/atax-50769>
- Weber, D. P. (2009). Do analysts and investors fully appreciate the implications of book-tax differences for future earnings? *Contemporary Accounting Research*, 26(4), 1175–1206. <https://doi.org/10.1506/car.26.4.7>
- Wilson, R. J. (2009). An examination of corporate tax shelter participants. *Accounting Review*, 84(3), 969–999. <https://doi.org/10.2308/accr.2009.84.3.969>
- Xian, C., Sun, F., & Zhang, Y. (2015). Article information : *Accounting Research Journal*, 28(3), 300–318. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1108/ARJ-12-2013-0088>
- Zinn, B., Spengel, C., & Nicolay, K. (2016). Characterizing true book-tax differences : evidence from linked financial and tax accounts. *Die Betriebswirtschaft : DBW*, 76(3), 213–231.

